

**Elaboração dos Projetos Básicos e Executivos das Obras de
Requalificação Urbana e Ambiental e Plano de Reassentamento das Áreas
2, 3 e 4 da Região Lagoas do Norte – Município de Teresina/ PI**



	Consultoras:
	Março / 2017

Sumário

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	3
Parte 1 – Quadro de Referência.....	5
1. Lagoas do Norte - O Programa	6
1.1 Antecedentes	6
1.2 Lagoas do Norte Fase 2	6
1.3 Objetivos da Fase 2	7
2 Comunidade do Matadouro – Área de Intervenção	7
2.1 Localização e Caracterização	7
2.2 Justificativa da Escolha da Área.....	8
2.3 Situação Fundiária – Atual	8
2.4 Justificativa para Promoção do Deslocamento Populacional	9
2.5 Intervenções a Serem Realizadas.....	9
2.6 Perfil dos Imóveis e das Famílias Afetadas	9
2.6.1 Perfil do chefe da família	9
2.6.2 Perfil da família.....	11
2.6.3 Perfil da moradia	15
2.7 Processo Participativo da Comunidade.....	18
3. Diretrizes de Reassentamento	18
4. Marco Legal.....	20
Parte 2 – Política de Atendimento do Programa de Reassentamento	
Involuntário.....	22
5. Situação de Afetação	23
5.1 Justificativa da Afetação.....	23
5.2 Categoria da Afetação.....	24
5.2.1 Da Metodologia	24
5.2.2 Dos Imóveis.....	26
5.2.3 Do Afetado – O Ocupante	26
5.3 Dimensionamento da Demanda	27
5.3.1 Número de Imóveis e Famílias Identificadas – Linha de Base	27
5.3.2 Número de Soluções Requeridas.....	27
6. Política de Atendimento do Programa.....	28
6.1 Política de Atendimento – Conceito	28
6.2 Opções de Compensação	29
6.3 Requisitos para ser elegível pelo Programa.....	31
6.4 Critérios de elegibilidade	32
6.5 Número de Soluções a serem disponibilizadas – Metas de Suprimento	32
6.6 Mecanismos de Acordos	34
6.7 Núcleo Habitacional	35
7. Dinâmica Obra e Processo de Reassentamento.....	37
7.1 Considerações	37
8. Programas Complementares.....	37

8.1 Programa de Comunicação Social e Programa de Educação Ambiental e Sanitária	37
9. Processo de Acompanhamento e Participação da Comunidade.....	37
9.1 Mecanismos de Reclamos	39
10. Monitoramento e Avaliação ex-post	39
10.1 Monitoramento	39
10.2 Caminhos Críticos a Serem Monitorados	40
10.3 Avaliação Ex-post.....	41
Parte 3 – Macro-Atividades	42
11. Macro atividades para Desenvolvimento do Processo de Reassentamento	43
Parte 4 – PLANO DE AÇÃO E CONTROLE	46
12. Matriz Institucional.....	47
13. Cronograma Operativo	47
14. Estimativa de Custo	48
ANEXO I – REGISTRO DAS AÇÕES DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO CANAL MATADOURO	49
ANEXO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS	66
ANEXO III – RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS E IMÓVEIS CADASTRADOS.....	75
ANEXO IV – APRESENTAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE.....	78
ANEXO V – PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA	88
ANEXO VI – CRONOGRAMA OPERATIVO	106

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Teresina realiza ações visando o cumprimento das metas previstas pela operação de crédito obtida junto ao Banco Mundial – BIRD, destinada à implantação do Projeto “Lagoas do Norte – Fase 2”.

O Projeto “Lagoas do Norte – Contrato 8586-BR” tem por objetivo a melhoria do quadro ambiental da cidade de Teresina em especial da região norte da cidade, e para alcançar este propósito realizará obras de (i) saneamento, (ii) proteção contra cheias, (iii) requalificação urbana, (iv) melhorias habitacionais e (v) gestão ambiental. A realização dessas obras implicará no desmonte de imóveis urbanos, seguidas de deslocamento de população e atividades econômicas.

O Banco Mundial (BIRD) determina que toda operação de crédito para projetos envolvendo desapropriação de imóveis, deslocamento de população e de atividades econômicas deve contar com um plano específico para tratamento do tema (Política Operacional - OP 4.12). Em atendimento à OP 4.12, o Programa elaborou em 2007 o Marco de Reassentamento Involuntário onde estão descritas as diretrizes para preparação e execução do Plano de reassentamento Involuntário – PRI e em 2014 foi realizada a atualização do MRI – Marco de Reassentamento Involuntário do Programa. No entanto, cada frente de obra irá requerer a elaboração do PRI específico para uma obra ou para um conjunto de obras – esta definição será determinada pela estratégia de implantação das obras previstas no escopo do Programa.

Este documento contém o PLANO DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO DE POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÔMICAS – PRI para as obras do Canal do Matadouro - uma das áreas objeto de intervenção do Projeto da Fase1. Importante ressaltar, logo de início as características e peculiaridades que envolvem a elaboração deste Plano.

A área da Comunidade do Matadouro em que ocorrerá a intervenção está localizada entre a Rua Antônio Pedro e a Rua São Félix, envolvendo ainda as ruas Fotógrafo Louro, Balsas e Uiraúna. A requalificação do Canal afetará 34 imóveis situados ao longo da margem do Canal do Matadouro, sendo que 13 terão remoção total e 21 somente parcial.

Sabe-se que a promoção de reassentamento de população é sempre um processo complexo e que se não tratado adequadamente pode gerar perdas irreparáveis à comunidade afetada. Logo, é preciso sensibilizar a população sobre a necessidade de relocá-los. Posto isto, cabe ao Plano de Reassentamento Involuntário – PRI o desafio de equacionar a dinâmica de entrelaçamento das diversas ações que comporão a rede de atividades que deverão ser implantadas para se atingir a meta desejada – sempre buscando atenuar os efeitos provocados pelo processo.

Este documento está organizado em 4 partes. A **primeira parte**, denominada QUADRO DE REFERÊNCIA, onde os temas focados são os seguintes: (i) uma breve descrição do Programa “Lagoas do Norte – Contrato

8586-BR”; (ii) o tema do remanejamento de população e atividades econômicas no âmbito do “Lagoas do Norte - Contrato 7344-BR”, explicitando os territórios requeridos para implantação do Projeto e assim referenciando famílias e negócios que deverão ser remanejados; (iii) dimensionamento e caracterização dos imóveis, famílias e atividades econômicas que deverão ser retirados de seus atuais locais de inserção visando liberar área para implantação da obra do Canal do Matadouro; (iv) Diretrizes de Reassentamento a serem adotadas; e por fim, (v) o Marco Legal de referência para implantação do processo de remanejamento tal e qual proposto neste Plano. Esta parte do documento visa apresentar ao leitor do PRI uma descrição da situação atual da área, uma visão das intervenções a serem realizadas e os instrumentos de sustentação – Marco Legal e Diretrizes.

Na **segunda parte**, intitulada POLÍTICA DE ATENDIMENTO, são tratados os seguintes assuntos: (i) as categorias de afetados; (ii) a Política de Atendimento do Projeto; (iii) as alternativas de compensação a serem ofertadas para as diferentes categorias de afetados; (iv) os Critérios de Elegibilidade para cada uma das Categorias; (v) o número de soluções (dimensionar) necessárias para cada situação; (vi) a dinâmica da obra em relação ao Processo de Execução do Reassentamento; (vii) o processo de acompanhamento e participação da comunidade; (viii) os mecanismos de reclamos e (ix) o monitoramento e a avaliação ex-post.

A **terceira parte**, chamada MACRO – ATIVIDADES explicita os passos operacionais que deverão ser implementados para o desenvolvimento do processo de remanejamento conforme preconizado no presente Plano.

A **quarta parte** intitulada CRONOGRAMA OPERATIVO E ESTIMATIVA DE CUSTO, distribui no tempo as ações indicadas anteriormente e coloca para cada grupo delas respectivas estimativas de custo.

PARTE 1 – QUADRO DE REFERÊNCIA

1. LAGOAS DO NORTE - O PROGRAMA

1.1 ANTECEDENTES

O Programa Lagoas do Norte - PLN é desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Teresina - PMT, em parceria com o BIRD e o Governo Federal, e tem como objetivo atuar, a partir de ações integradas com abrangência multissetorial, em 13 bairros da zona norte da cidade de Teresina, onde residem cerca de 100 mil habitantes. O Programa foi iniciado em 2008, e o período denominado Fase 1 durou até 2016.

A região das lagoas do norte, localizada na confluência dos rios Parnaíba e Poti, distante em média 6 km do centro da cidade de Teresina, é habitada principalmente por famílias de baixa renda que ocuparam a região de forma desordenada e inadequada ao longo de várias décadas. Esta região apresenta um contexto de grande vulnerabilidade ambiental: (i) Aterramento parcial ou total de lagoas naturais ou artificiais para a construção de moradias; (ii) Ocupação da plataforma dos diques de contenção para construção de moradias; (iii) Ocupação de áreas localizadas abaixo da cota de inundação periódica dos rios e lagoas (cota 56).

O Programa Lagoas do Norte está estruturado em três componentes:

- I. Modernização da Gestão Municipal através da formulação de estudos e planos diretores e de ações de desenvolvimento institucional da Prefeitura Municipal de Teresina.
- II. Requalificação Urbana e Ambiental, contemplando: a urbanização da região; reestruturação do sistema viário; implantação de loteamentos para reassentamento de famílias; construção e melhoria de unidades habitacionais e implantação de parques urbanos; a melhoria da infraestrutura de saneamento ambiental e do sistema de abastecimento de água; a implantação do sistema de esgotamento sanitário; a melhoria do sistema de macrodrenagem das lagoas e a recuperação de áreas degradadas.
- III. Desenvolvimento Econômico e Social com ênfase para a educação sanitária e ambiental; instalação e melhoria de equipamentos sociais e comunitários; potencialização da capacidade de geração de emprego e renda; estruturação do comércio local, revitalização de núcleos de produção e comercialização e fortalecimento do capital social.

1.2 LAGOAS DO NORTE FASE 2

Na fase 2 do Programa serão contempladas ações de requalificação urbana e ambiental, e reassentamento das áreas 2, 3 e 4 da Região Lagoas do Norte, incluindo a faixa ao longo do Canal do Matadouro (da área 1) com as seguintes ações:

- Reestruturação do sistema viário;

- Remoção de famílias que ocupam moradias situadas em cotas de inundação, junto a vias que sofrerão intervenções ou que ocupam áreas nas margens das lagoas e canais;
- Construção de residenciais para reassentamento;
- Urbanização das áreas nas margens das lagoas e canais (faixa de preservação ambiental);
- Melhorias em moradias existentes;
- Implantação e melhorias de equipamentos urbanos e de lazer;
- Melhorias ambientais;
- Melhorias no sistema de abastecimento de água;
- Implantação do sistema de esgoto sanitário;
- Melhorias no sistema de macrodrenagem e
- Melhorias socioeconômicas.

1.3 OBJETIVOS DA FASE 2

A fase 2 do Programa Lagoas do Norte tem como objetivos modernizar e ampliar a capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de Teresina nas áreas financeira, urbana, ambiental, prestação de serviços básicos e desenvolvimento econômico, e melhorar a qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa Lagoas do Norte, com foco nas áreas 2 e 3, mas com intervenções nas áreas 1 e 4.

2 COMUNIDADE DO MATADOURO – ÁREA DE INTERVENÇÃO

2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O trecho a ser trabalhado no Canal do Matadouro se encontra delimitado ao norte pela Rua São Felix, ao sul pela Rua Antônio Pedro, a leste pelos fundos dos lotes das residências na Rua Tucumã, e a oeste pelos fundos dos lotes das residências na Rua Fiscal José de Castro e Rua Cintia Portela, além da lateral das residências que se encontram nos lotes adjacentes ao canal. O limite dos lotes atualmente está bem definido nas suas fachadas frontais, porém muito irregular nas divisas com o canal.

Este Canal recebe as águas da Lagoa do Cabrinha (área pertencente à área 1, objeto de outro contrato cuja maior parte das obras já foi executadas), e as deságua na Lagoa São Joaquim. O Canal do Matadouro está separado da Lagoa São Joaquim pela Rua Jim Borralho.

A área de atuação neste canal é de aproximadamente 0,7 ha, conforme ilustra a Figura 1.



Figura 1: Canal do Matadouro



Figura 2: Canal do Matadouro

2.2 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA ÁREA

A obra do Canal do Matadouro se justifica por se tratar de área remanescente da fase I, cujas águas levam contribuições diretas para o Canal Padre Eduardo, impactando nos níveis de poluição das áreas já saneadas.

Outro ponto importante é a demanda da comunidade pelo saneamento dessa região, visto que a população residente convive com o acúmulo de resíduos sólidos, com o comprometimento dos serviços de limpeza; a suscetibilidade a alagamentos em períodos de chuva e a falta de acessos, situações estas que aumentam a vulnerabilidade socioambiental do território.

2.3 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA – ATUAL

Segundo as informações dos cadastros socioeconômicos e imobiliários realizados nos imóveis com previsão de afetação total e parcial, 58,82% dos entrevistados não informaram sobre a propriedade do terreno, 32,35% afirmaram

que a propriedade era própria ou de terceiros e 8,83% declararam que o terreno pertence à Prefeitura Municipal de Teresina.

Os referidos dados estão sujeitos à confirmação quando dos atendimentos individualizados realizados na Unidade de Projeto Socioambiental, durante o processo de negociação.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA PROMOÇÃO DO DESLOCAMENTO POPULACIONAL

O Bairro Matadouro possui atualmente 1.491 imóveis¹, dos quais 34 estão localizados no entorno direto do Canal objeto de intervenção e deverão ser afetados total ou parcialmente. Estes imóveis estão sujeitos a fatores que podem ser sintetizados em três pontos principais:

- Proximidade dos imóveis à cota máxima de alagamento;
- Baixa conectividade territorial;
- Território requerido pela implantação da macrodrenagem.

Além disto, o processo de ocupação da área não atendeu a nenhum requisito urbanístico, ou seja, trata-se de área de ocupação com aterramentos irregulares.

2.5 INTERVENÇÕES A SEREM REALIZADAS

O projeto proposto pelo Programa Lagoas do Norte para o Canal do Matadouro prevê a execução das seguintes obras:

- Obra de macrodrenagem e conexão com as áreas requalificadas na Área 1;
- Melhoria do sistema viário;
- Implantação de equipamentos de lazer e academia de ginástica nas áreas residuais.

2.6 PERFIL DOS IMÓVEIS E DAS FAMÍLIAS AFETADAS

2.6.1 PERFIL DO CHEFE DA FAMÍLIA

Considera-se como chefe da família a pessoa responsável pela tomada de decisões referentes à vida doméstica. A identificação ocorreu conforme informações repassadas no ato do cadastro pelos próprios entrevistados.

¹ Segundo Inquérito Sanitário Domiciliar realizado pela empresa ASCENDE Consultoria e Projetos (2017).

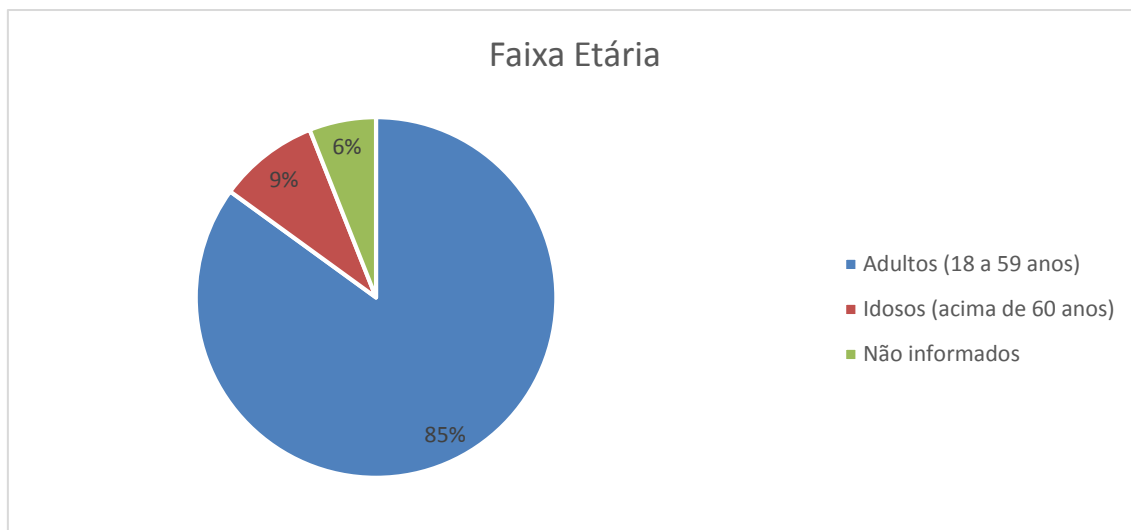


Gráfico 1: detalhamento de faixa etária dos chefes de família

No que se refere à faixa etária, identificou-se que a maioria (85%) dos chefes de família tem entre 18 e 59 anos de idade e 9% das famílias são chefiadas por pessoas idosas.

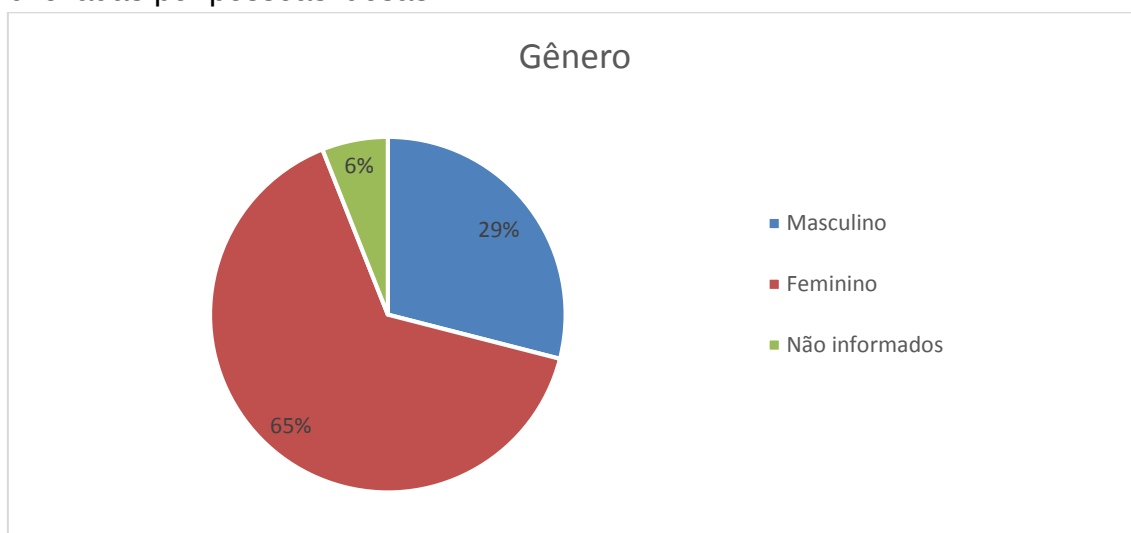


Gráfico 2: detalhamento de gênero dos chefes de família

Em relação ao gênero, constatou-se que 65% das famílias são chefiadas por mulheres e 29% por homens, revelando o papel predominante das mulheres na condução da vida dessas famílias.

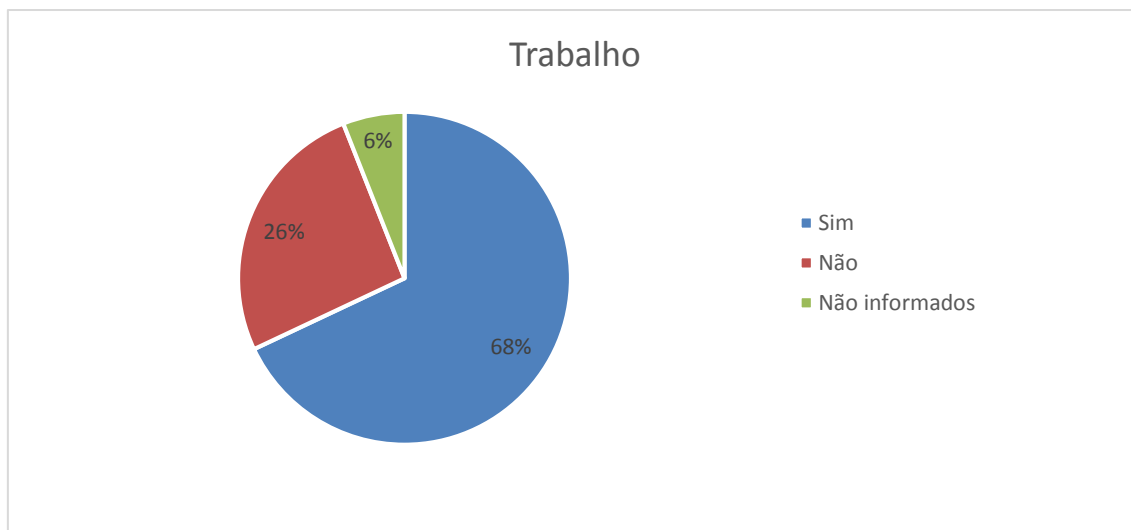


Gráfico 3: detalhamento do trabalho dos chefes de família

68% dos chefes de família informaram exercer algum tipo de atividade trabalhista, e 26% alegaram não ter trabalho. Ressalta-se que nestes últimos estão incluídos aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais.

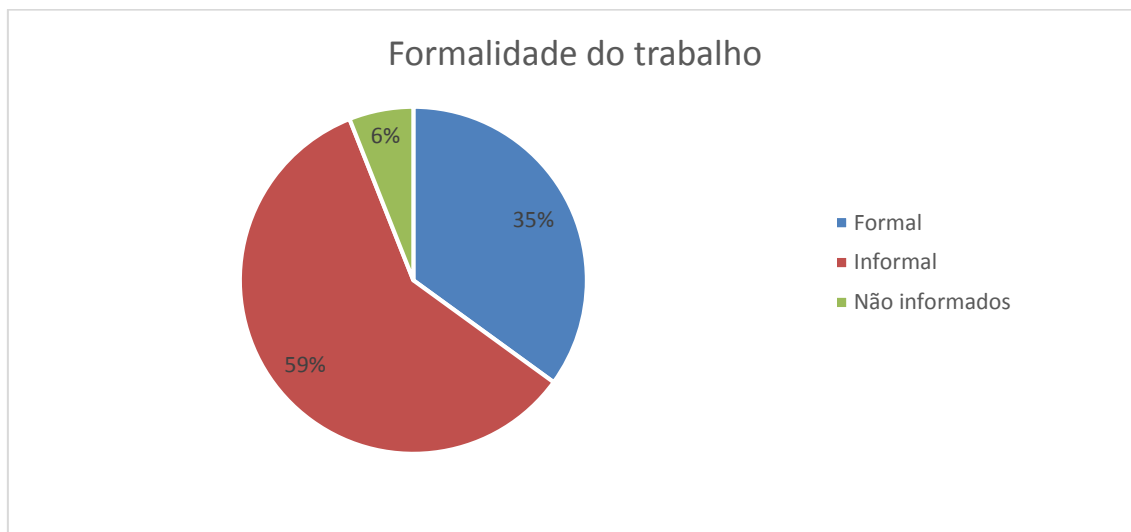


Gráfico 4: detalhamento da formalidade do trabalho dos chefes de família

Quanto à formalidade do trabalho realizado pelos chefes de família, constatou-se que 59% são trabalhadores informais, e 35% possuem vínculo formal de trabalho. 6% das pessoas entrevistadas não deram informações a respeito.

2.6.2 PERFIL DA FAMÍLIA

No que se refere à composição familiar, os dados relativos ao parentesco com o chefe da família mostram que há predominância de filhos com percentual de 55%.

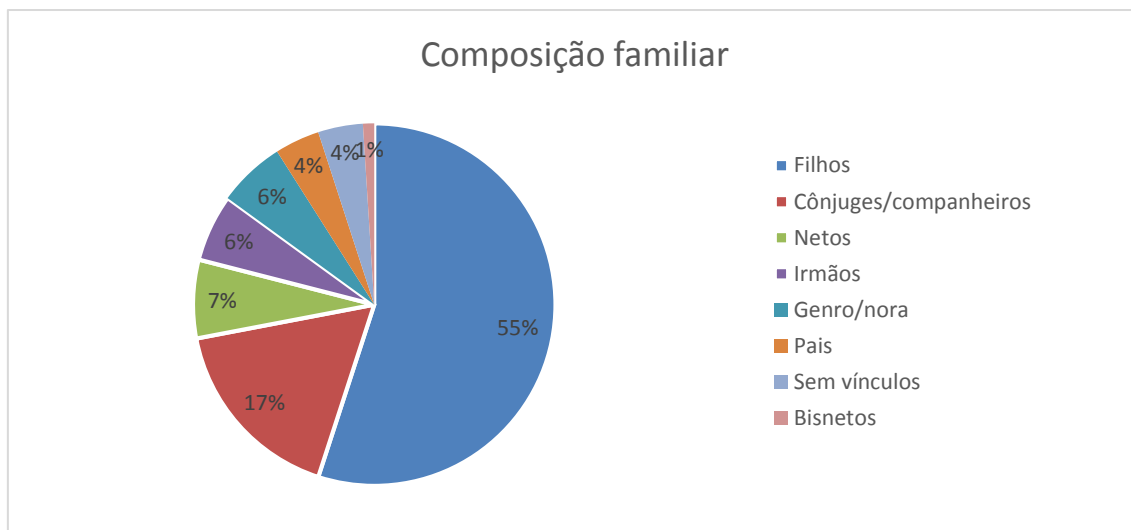


Gráfico 5: detalhamento da composição das famílias

O segundo grupo mais expressivo foi o de cônjuges/companheiros com 17%. O percentual de irmãos, genros/noras, netos e bisnetos sinaliza que, em alguns domicílios, convivem mais de uma família.

Dos 13 imóveis com afetação total existem dois com famílias em situação de coabitação, com a presença de três núcleos familiares em cada imóvel.

Foram identificadas seis pessoas com deficiência (PCD), somando-se deficiência física e mental, dado que deve ser considerado no processo de negociação para garantir os direitos resguardados quanto às condições de habitabilidade e acessibilidade. Das seis pessoas identificadas, apenas duas serão afetadas totalmente.

A classificação por faixa etária possibilitou identificar a existência de crianças, adolescentes, adultos e idosos. Esse dado é importante para que sejam consideradas as peculiaridades das famílias no atendimento aos serviços públicos.

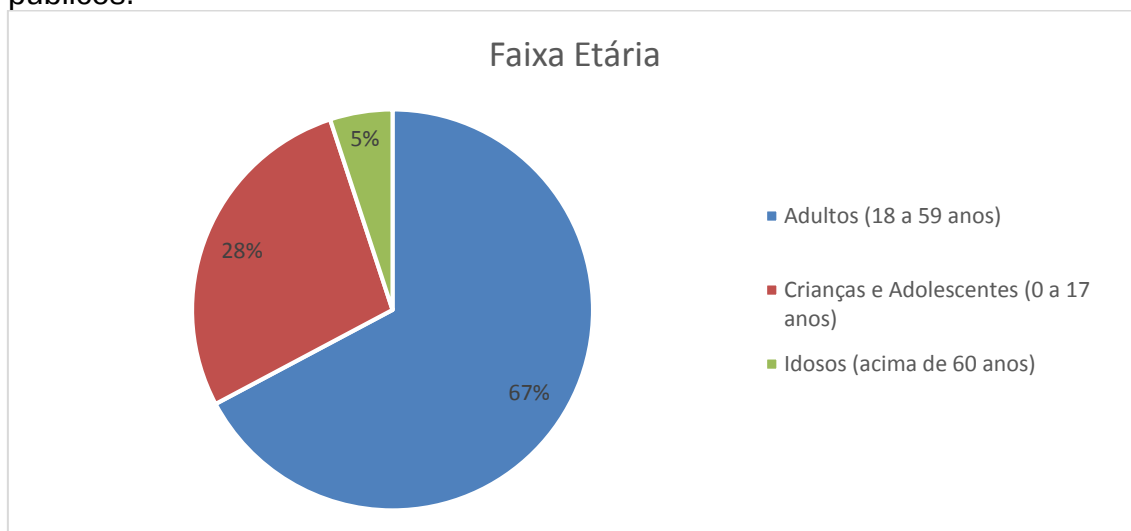


Gráfico 6: detalhamento da faixa etária das famílias

Do universo populacional em questão, a maioria dos componentes (67%) é de idade adulta (18 a 59 anos), correspondendo a 80 pessoas. O

segundo grupo mais representativo (28% da população pesquisada) é de crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos), com 33 pessoas. A população acima de 60 anos é de 6 pessoas, e corresponde a 5% dos pesquisados.

Para análise das condições de sobrevivência das famílias pesquisadas, a renda familiar foi considerada conforme os valores declarados pelos chefes de família. Cumpre esclarecer que em alguns casos este dado não foi informado.

Considerando o valor do Salário Mínimo vigente R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), a proporção entre os valores declarados obedece ao gráfico abaixo:

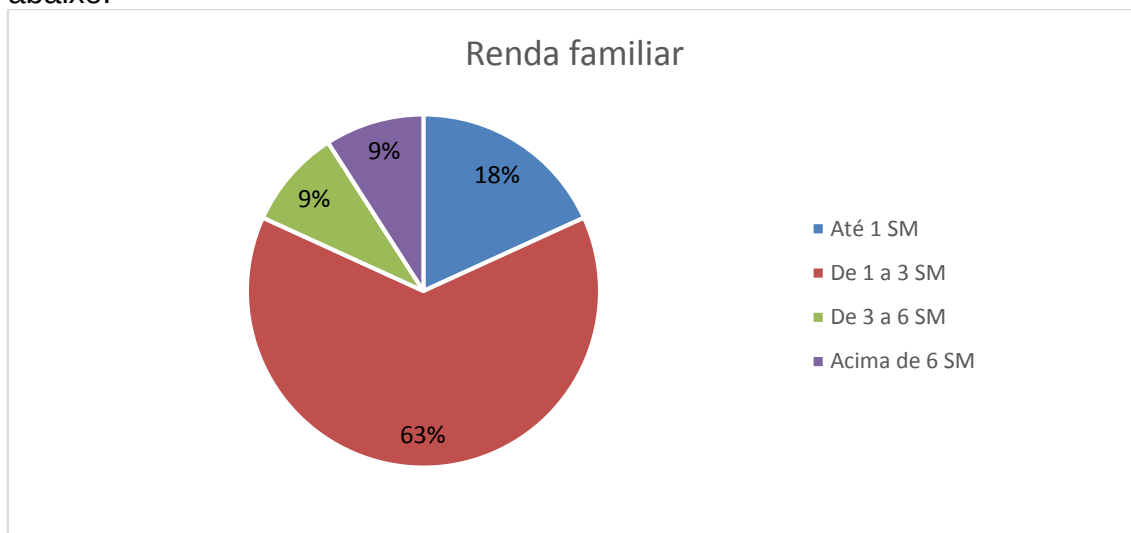


Gráfico 7: Detalhamento da renda familiar.

A análise demonstra que a maioria das famílias informantes (63%) declarou que a renda familiar está na faixa de 1 a 3 Salários Mínimos. 18% das famílias informaram ter renda inferior a 1 salário mínimo, 9% de 3 a 6 salários mínimos e outros 9% informou renda acima de 6 salários mínimos.

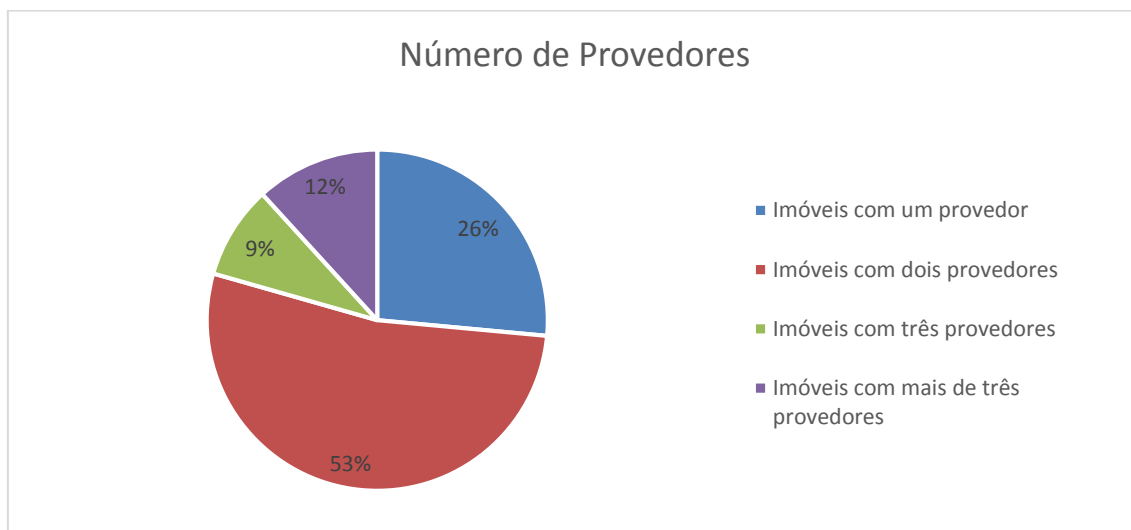


Gráfico 8: detalhamento do número de provedores

Com relação ao número de provedores das famílias, a maior proporção é de imóveis em que há dois provedores, correspondendo a 53% dos casos. Em

26% há apenas um provedor. Em 12% dos imóveis há mais de três provedores, e em 9% há três.

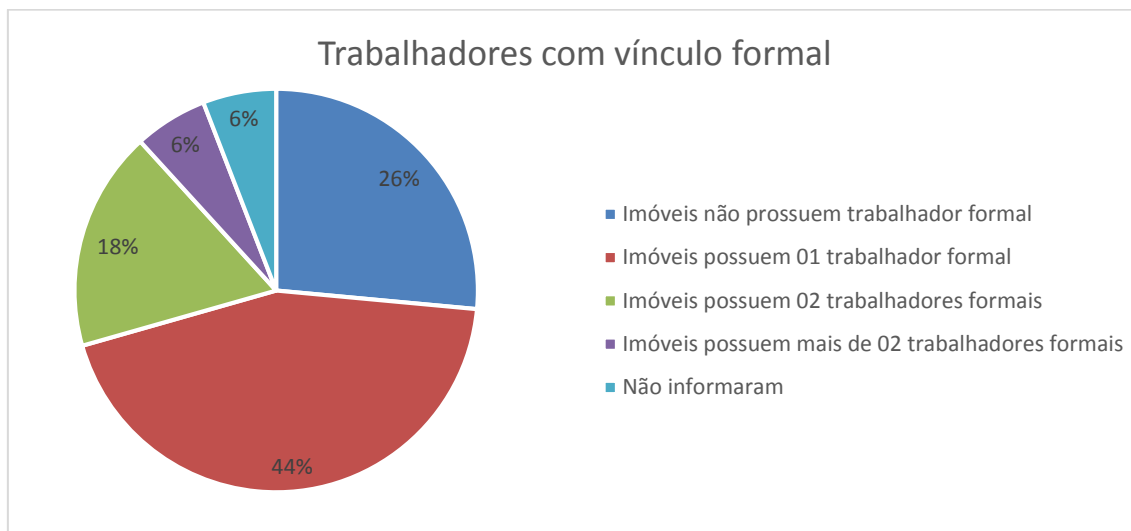


Gráfico 9: detalhamento do número de trabalhadores com vínculo formal

Quanto à formalidade do vínculo de trabalho dos moradores, na maioria dos imóveis (44%) apenas uma pessoa possui vínculo formal, em 26% nenhum morador possui trabalho com vínculo formal. Em 18% dos imóveis existem dois trabalhadores formais, sendo que em 6% mais de dois trabalhadores tem vínculo formal de trabalho.

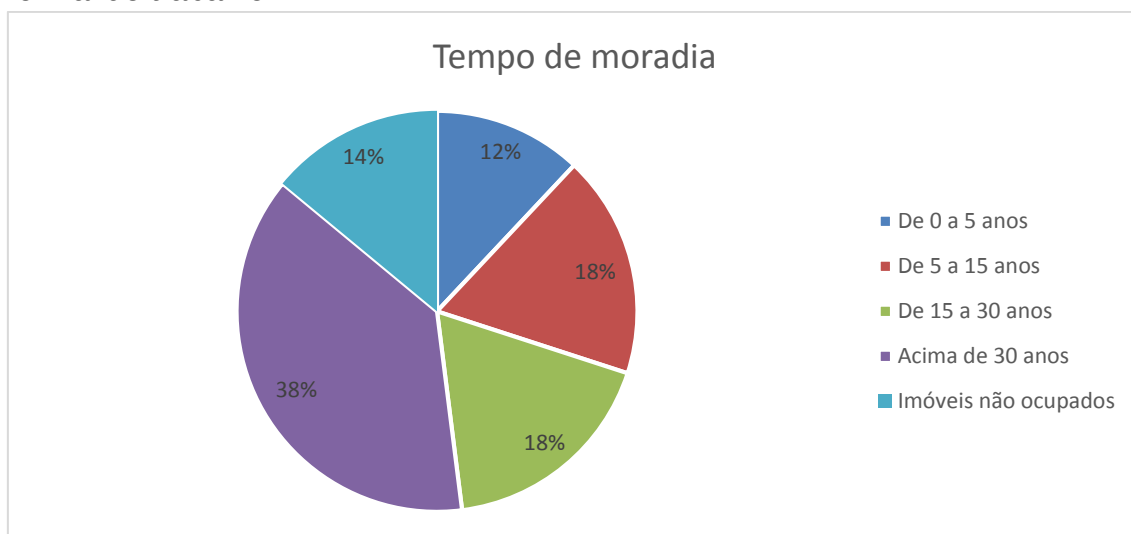


Gráfico 10: detalhamento do tempo de moradia

Dos 34 imóveis pesquisados, 14% (4 imóveis) destes não estavam ocupados. Destes 4 imóveis, um está destinado para aluguel, um está sem uso, outro é uma construção inacabada, e o último é uma casa de taipa ocupada eventualmente por população de rua. Das famílias ocupantes, conforme registro cadastral, 38% informaram residir na área há mais de 30 anos, 18% entre 5 e 15 anos e 18% entre 15 e 30 anos. 12% dos imóveis estão ocupados há menos de 5 anos.

O processo de reassentamento de famílias pode influenciar as relações interpessoais e valores culturais. Considera-se que, quanto mais tempo a família reside no local, maior é seu vínculo com aquele território, fator importante que deve ser observado nos processos de negociação.

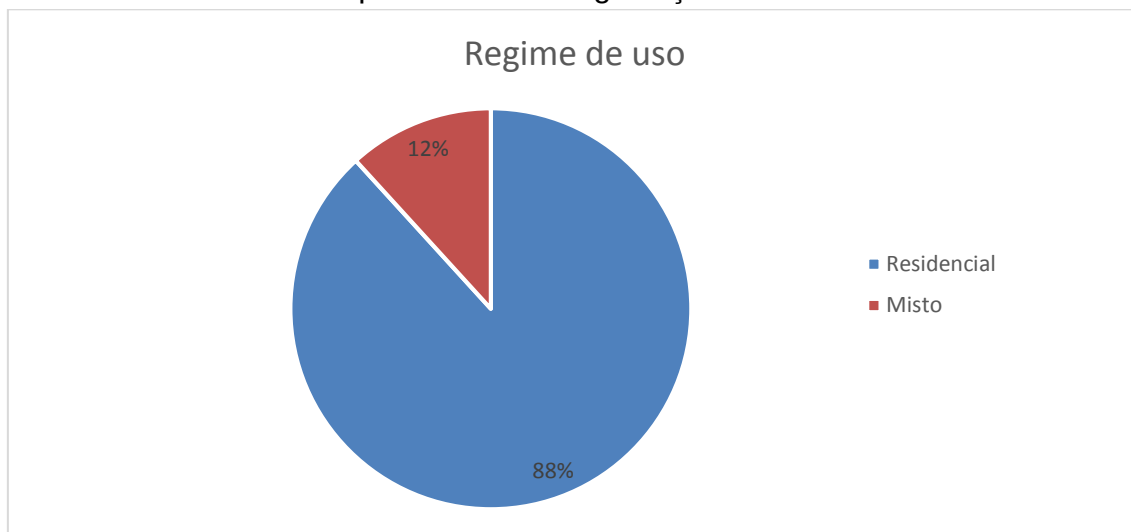


Gráfico 11: detalhamento do regime de uso das residências

Dos 34 imóveis afetados, 30 são utilizados para fins exclusivamente residenciais (correspondendo a 88% do total), e 4 imóveis (12% do total) são utilizados de forma mista, residencial e comercial. Não foi identificado nenhum imóvel exclusivamente comercial. As famílias que tem comércio na área de afetação e que perderão renda em decorrência da desapropriação deverão ter atenção especial no processo de negociação.

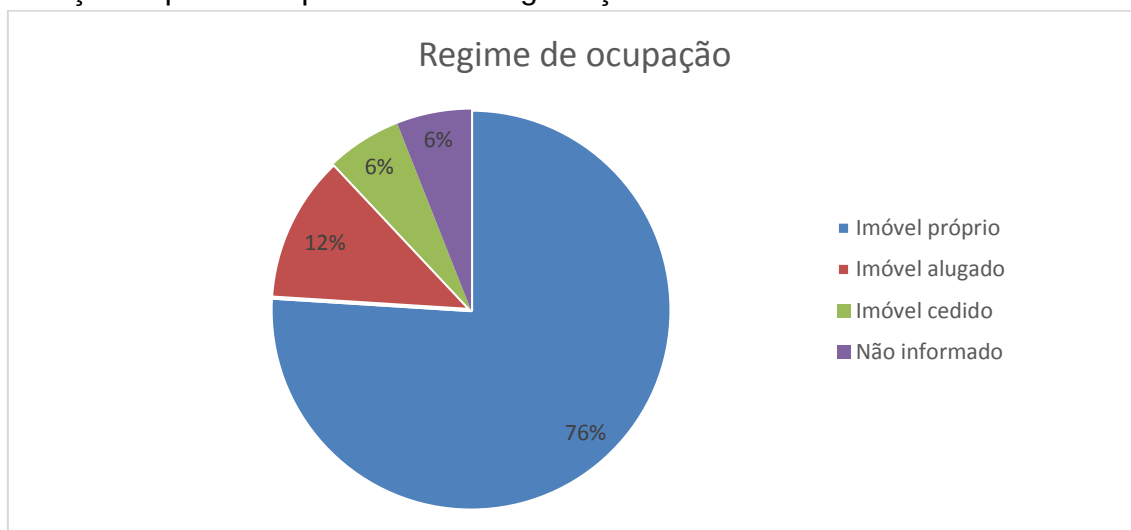


Gráfico 12: detalhamento do regime de ocupação das residências

Quanto às formas de ocupação, a maioria das famílias (76%) informou ser proprietária do respectivo imóvel. 12% moram em situação de aluguel, 6% residem em imóveis cedidos e 6% não informaram.

2.6.3 PERFIL DA MORADIA

Para identificar o padrão construtivo de cada residência, foram definidas as categorias de acordo com as tipologias de construção, sendo classificadas como: Normal, Normal/Baixo, Baixo, Mínimo e Abaixo do Mínimo, conforme apresentado na Tabela 1.

Categoria	Padrão construtivo das residências
Normal	Construída em alvenaria com laje de forro; revestimento cerâmico; revestimento chapisco, reboco e pintura;
Normal/Baixo	Construída em alvenaria com revestimento cerâmico; revestimento chapisco, reboco e pintura;
Baixo	Construída em alvenaria com revestimento chapisco, reboco e pintura;
Mínimo	Construída em alvenaria.
Abaixo do Mínimo	Casa de Taipa

Tabela 1: Padrão construtivo dos Imóveis

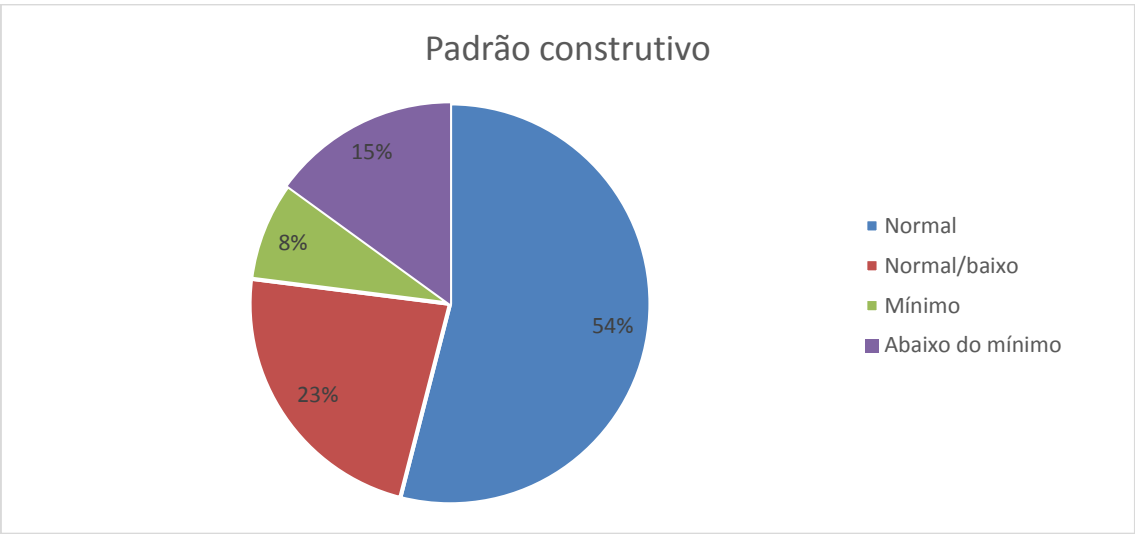


Gráfico 13: detalhamento do padrão construtivo das residências

De acordo com os dados coletados, dentre os imóveis com afetação total, 54% possuem padrão Normal, 23% Normal/baixo, 8% mínimo e 15% abaixo do mínimo. Todos os imóveis com afetação parcial foram considerados dentro do padrão construtivo Normal e não terão suas edificações impactadas com a obra.

Na análise de impactos potenciais considerou-se a vulnerabilidade dos imóveis em função da sua localização em relação aos projetos e condições ambientais. Nesse sentido, identificou-se que os 34 imóveis afetados (total e parcialmente) estão em área de APP, sendo que, pelo projeto executivo da obra,

02 imóveis terão interferência pelo sistema viário, 18 imóveis em virtude das obras de acesso, segurança e recuperação ambiental, e 14 imóveis devido ao sistema de drenagem.

No que se refere aos serviços de infraestrutura nos imóveis cadastrados, o modo de fornecimento é retratado nos gráficos a seguir.

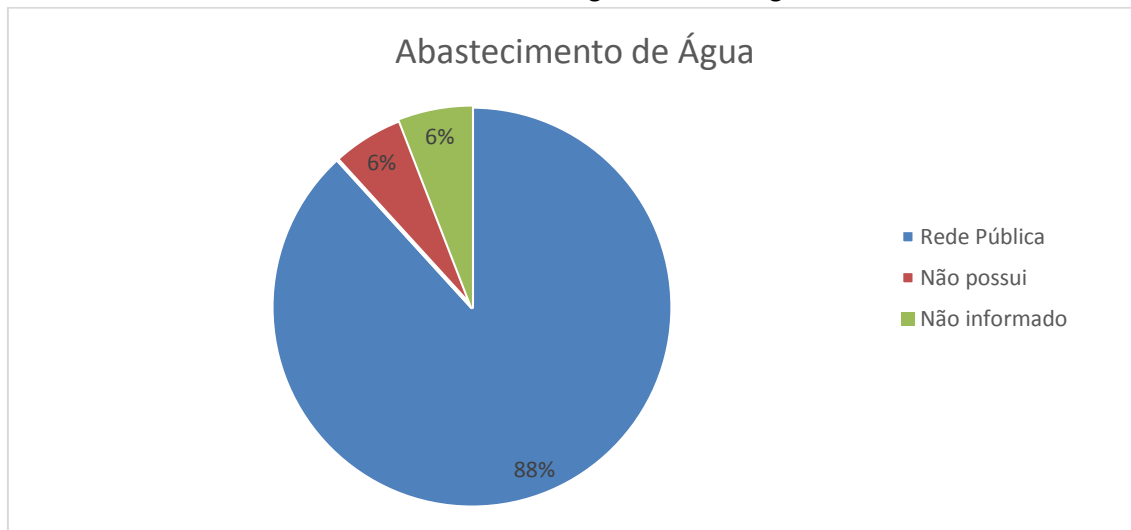


Gráfico14: detalhamento de residências quanto ao abastecimento de água

Verifica-se que o abastecimento de água pela rede pública através da empresa Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA) abrange 88% dos imóveis. Já 6% não possuem canalização.



Gráfico 15: detalhamento da disponibilidade de iluminação nas residências

A cobertura dos serviços de energia atende a 85% dos imóveis cadastrados. 6% dos imóveis, por outro lado, não recebem esses serviços.

Ressalta-se que não foi possível coletar dados referentes aos serviços de infraestrutura de água e energia dos imóveis que não puderam ser acessados

na data de realização do cadastro. Esses casos foram computados no quesito “não informado”.

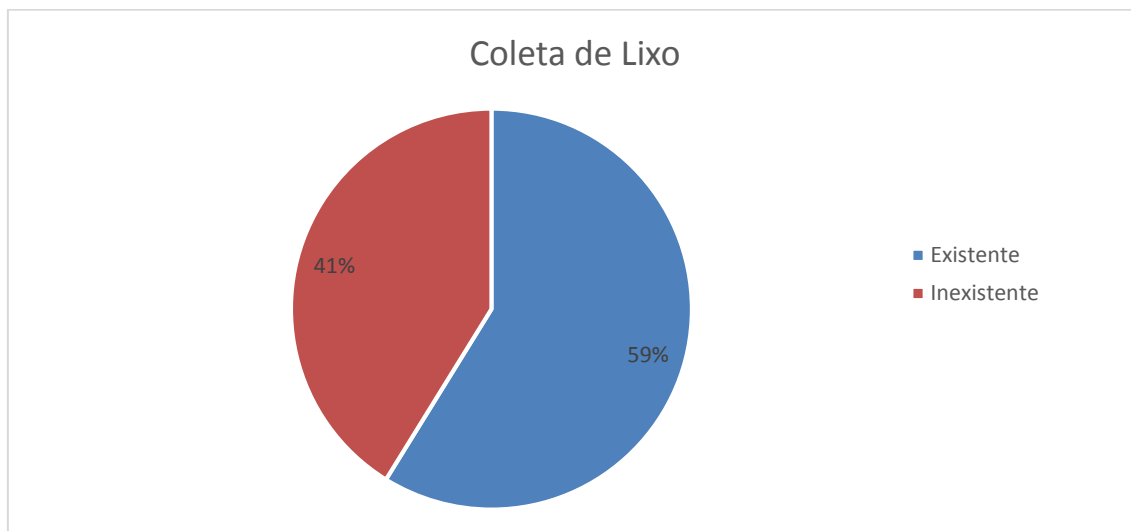


Gráfico 16: detalhamento da disponibilidade de coleta de lixo

A coleta regular do lixo na área de afetação acontece em 59% dos domicílios. Os 41% restantes não têm a cobertura domiciliar por falta de acessos viários.

A região do bairro Matadouro conta com os seguintes equipamentos públicos: 01 unidade básica de saúde; 03 escolas (contemplando do Ensino Infantil ao Ensino Médio); 02 instalações esportivas (incluindo as do Parque Lagoas do Norte); 01 núcleo de atendimento de assistência social (NAI Saber Viver); 01 batalhão da Polícia Militar do Estado do Piauí; 01 hospital público (Hospital do Matadouro); 01 teatro (Teatro do Boi); 04 templos religiosos (Igreja católica, Igreja evangélica, templos de umbanda); 01 associação comunitária (associação de moradores).

2.7 PROCESSO PARTICIPATIVO DA COMUNIDADE

Tem-se constatado em projetos de requalificação urbana, que a participação efetiva da comunidade, em todo o processo, contribui para a sustentabilidade do empreendimento, na medida em que possibilita que os moradores locais – futuros usuários –, ao tomarem conhecimento das intervenções a serem feitas, opinem sobre as soluções a serem dadas, assumindo então, as suas parcelas de responsabilidade sobre a correta utilização e preservação desses sistemas e equipamentos.

No Anexo I deste documento seguem os registros das atividades de participação comunitária já realizadas.

3. DIRETRIZES DE REASSENTAMENTO

O Marco de Reassentamento Involuntário do Programa Lagoas do Norte, elaborado em 2007 e atualizado em 2014, apresenta os fundamentos e

define a Política de Reassentamento Involuntário a serem adotados pelo Programa em sua fase de implantação.

Esta Política preconiza que a meta maior deva ser a garantia da recomposição da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, tanto no aspecto físico, perda de moradia, como em outros aspectos, como perda de rendimentos financeiros (interrupção de atividades produtivas).

É sabido que a relocação de pessoas pode gerar grandes transtornos à vida dos afetados, como por exemplo, empobrecimento, danos ambientais graves, quebra da rede de apoio social, a menos que medidas adequadas sejam devidamente planejadas e implementadas.

Por isto, é muito oportuno lembrar, aqui no PRI, os fundamentos descritos no Marco de Reassentamento e que serão adotados na construção e implantação do processo de reassentamento da população afetada pelas obras do Canal do Matadouro:

- Buscar minimizar o número de imóveis a serem desapropriados, por meio do dimensionamento das seções de escoamento do canal pluvial, garantindo o fluxo das águas, além do reforço/estabilização das margens do canal, preservando ao máximo as edificações implantadas nas margens.
- Garantir a oferta de diferentes opções de atendimento.
- Garantia da melhoria das condições de moradia.
- Garantia da possibilidade de manutenção da renda.
- Garantia de pagamento das indenizações pelo valor de reposição do imóvel incluindo todas as benfeitorias realizadas. Para adequada avaliação dos imóveis, os laudos deverão contemplar o fator de comercialização da região, o valor do terreno, das edificações e das benfeitorias com base no Método Evolutivo descrito no Anexo II (Avaliação de imóveis – procedimentos metodológicos).
- Garantia da oferta de serviços sociais, como por exemplo: educação, saúde, transporte público, etc.;
- Busca permanente da minimização dos impactos sociais e/ou ambientais sobre a população;

Além dos fundamentos anteriormente descritos, transcreve-se, também do Marco de Reassentamento, as seguintes “boas práticas” que serão adotadas pela Prefeitura, são elas:

- As obras só se iniciarão após a relocação das famílias afetadas e diretamente envolvidas naquela etapa de obra;

- Não serão impostas condições de negociações que impeçam as famílias de recompor suas vidas;
- A população não será pressionada visando atender ao cronograma da obra, caso venha ocorrer atrasos no reassentamento.
- Garantia da participação da população afetada em todo o processo;
- As instituições responsáveis pela realização do projeto e a competência de cada uma serão apresentadas para a população afetada;
- Será fornecido suporte jurídico e social, sem ônus, à população;
- Será feita gestão para que haja um afinado entrosamento da equipe de reassentamento e a equipe responsável pela execução da obra, de forma a compatibilizar todas as ações necessárias à execução das duas atividades;
- As negociações com a população só acontecerão quando todas as opções de atendimento quando estiverem viabilizadas e garantidas.

Por fim, vale ressaltar que, a Prefeitura de Teresina busca promover uma real melhoria de vida às famílias afetadas através da Política de Reassentamento Involuntário.

4. MARCO LEGAL

O Plano de Reassentamento Involuntário – PRI está condicionado à observância do ordenamento jurídico em sua esfera federal, estadual e municipal, naquilo concernente:

- Artigo 5º da Constituição Federal: “a Lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvada os casos previstos nessa Constituição”;
- Lei Federal Nº 13.274 de 26 de Abril de 2016 que altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

- Lei Federal Nº 12.608 de 10 de Abril de 2012 que em suas disposições gerais institui, entre outros, que é “dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotarem as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre;
- Decreto Lei 3.365, de 21.06.41, que dispõe sobre a desapropriação para utilidade pública em todo território nacional.
- Portaria Interministerial Nº 477, de 16 de Outubro de 2013 – art.6º- que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida;
- Lei Municipal nº 4.724, de 3 de junho de 2015, que define as diretrizes para regulação de impactos de drenagem urbana no Município de Teresina.

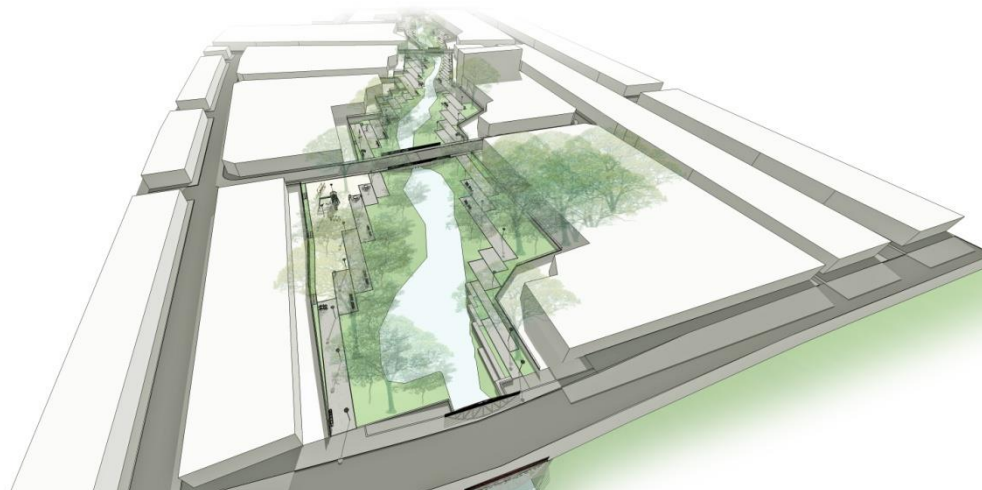
PARTE 2 – POLÍTICA DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

5. SITUAÇÃO DE AFETAÇÃO

5.1 JUSTIFICATIVA DA AFETAÇÃO

O reassentamento involuntário das famílias de que trata este PRI está intimamente ligado à complementação das intervenções realizadas na fase 1 do Programa Lagoas do Norte.

O conjunto de obras contempla a construção de um caminho ao longo do canal que ora se bifurca, gerando acessos secundários, e ora se alarga, criando áreas de convivência que possibilitam a construção de praças, vias públicas, academias ao ar livre e playground, conforme as imagens a seguir:



Na construção do projeto foi dada especial atenção à arborização de sombra ao longo dos passeios, pois a intenção é a de que estas áreas desfrutem de uma temperatura mais amena em comparação à área das ruas, constituindo mais um atrativo para os moradores e visitantes.

Atualmente, este canal encontra-se praticamente inacessível à população devido às ocupações irregulares de suas margens, com imóveis próximos à cota máxima de alagamento e baixa conectividade territorial. Além

do acesso dificultado por estas ocupações, a situação favorece novos aterramentos irregulares e poluição da área.

Este cenário corrobora para o aumento das vulnerabilidades existentes no local, perceptível pela ausência de saneamento básico, obstrução do sistema viário, comprometimento do serviço de limpeza urbana e ocorrência de eventuais alagamentos, bem como a alta incidência do tráfico de drogas e da violência.

Portanto, a remoção de 34 imóveis (sendo que a maioria 21 – serão parcialmente afetadas) constitui-se uma ação necessária neste processo e deve ocorrer conforme descrito no presente documento.

Ressalta-se que as obras do Programa proporcionarão às famílias afetadas melhor qualidade de vida. As famílias serão reassentadas em unidades habitacionais adequadas, com garantia de serviços públicos intersetoriais (no âmbito da saúde, educação, assistência social, etc.) disponíveis para os devidos acompanhamentos, sendo monitorado o processo de estabelecimento de vínculo.

Foram analisados também os aspectos econômicos e sociais específicos dos moradores locais, a fim de fornecer soluções adequadas que não acarretem em perdas a médio e longo prazo.

Aos moradores da região, as melhorias serão evidenciadas na transformação física do local que passará a compor um complexo turístico da cidade, com a pavimentação das ruas e construção de parques, composto de equipamentos culturais e de lazer, além de um sistema de saneamento e drenagem adequado.

A sustentabilidade do empreendimento requer intervenções sociais relevantes para que as ações articuladas dos diversos órgãos públicos e da sociedade civil tenham continuidade, sendo relevante a melhoria de serviços existentes, assim como a implementação de novos serviços (identificados conforme a demanda), atuando no enfrentamento das vulnerabilidades locais.

5.2 CATEGORIA DA AFETAÇÃO

5.2.1 DA METODOLOGIA

A elaboração do PRI do Canal do Matadouro abrangeu várias etapas: estabelecer contato com os moradores / promover visitas técnicas / estudar o projeto de engenharia em conjunto com a equipe responsável / elaborar, aplicar e tabular o cadastro socioeconômico e imobiliário / elaborar o laudo de avaliação – para, de posse destes dados, iniciar a redação do PRI propriamente dito.

- Primeira Etapa: Estudar o projeto de engenharia em conjunto com a equipe responsável

Estudar os projetos de engenharia e entender qual é o território requerido é etapa fundamental para poder se ir a campo e iniciar a abordagem da população.

Para isto foram realizadas reuniões das equipes de engenharia e social que se

debruçaram sobre os projetos com este fim – identificação dos imóveis afetados e o grau de afetação.

- Segunda Etapa: Estabelecer contato com os moradores / promover visitas técnicas

Inicialmente realizou-se reunião com moradores e lideranças do local, os quais foram mobilizados pela equipe da UPS, em visitas domiciliares para entrega do convite. Essa ação ocorreu na semana que antecedeu a reunião. A reunião ocorreu na manhã do dia 14.05.2016 no auditório do Centro de Convivência Saber Viver, localizado próximo ao canal que será requalificado. Além dos moradores convidados, estavam presentes os membros do Comitê Lagoas do Norte, as equipes técnicas da UGP e da UPS, e o Secretário Municipal de Planejamento.

A reunião supracitada marca o início das atividades informativas acerca das intervenções do PLN no Canal Matadouro, com prestação de salutareos esclarecimentos à comunidade.

Em seguida, a equipe técnica social da UPS realizou visitas domiciliares aos moradores com imóveis que possuem quaisquer vínculos com o referido canal. As visitas tiveram como objetivo informar aos moradores individualmente (inclusive contemplando os que não puderam comparecer à reunião) acerca das intervenções previstas, bem como sensibilizá-los para realização do cadastro socioeconômico e imobiliário a ser operacionalizada pela assistente social da UPS e pelo técnico da MPB Engenharia. Nesta atividade foi entregue um comunicado e agendado o dia para realização do cadastro.

- Terceira Etapa: Elaborar, aplicar e tabular o cadastro socioeconômico e imobiliário

Foram realizados os cadastros socioeconômicos e imobiliários, no período de 19.05.2016 a 29.07.2016, os quais subsidiaram a elaboração do Projeto de Requalificação Socioambiental da Área.

Concomitantemente à aplicação do cadastro foi feita a identificação dos imóveis da área em alusão, os quais foram enumerados para efeito de codificação (selo) e organização em banco de dados. Para isso, utilizaram-se como instrumento de apoio mapas com as imagens dos imóveis identificados por foto aérea e código previamente definido. Nos casos de pessoas que não estavam em casa, a equipe de cadastro deixou nos imóveis uma solicitação de comparecimento da família à UPS para cadastramento posterior.

Após a coleta de dados ocorreu a sistematização dessas informações de campo que balizou a análise do perfil socioeconômico das famílias afetadas e avaliação imobiliária.

Para a sistematização e análise da informação, os dados foram tabulados e organizados em um banco de dados e integrados a um sistema de informação geográfica (SIG).

- Quarta Etapa: Elaborar o laudo de avaliação

A metodologia da avaliação imobiliária utilizou o método evolutivo. Para cada imóvel afetado foi elaborado o respectivo laudo que compõe o Processo de Reassentamento juntamente com as seguintes peças: cadastro socioeconômico e imobiliário, croqui do imóvel, memorial descritivo, registro fotográfico e o documento de avaliação.

Estes foram os procedimentos adotados para identificar, caracterizar, cadastrar e avaliar os imóveis e famílias afetadas pelas intervenções descritas no item 2.5 deste documento.

5.2.2 DOS IMÓVEIS



Figura 3: imóveis afetados

Dos 34 imóveis afetados 21 o serão de forma parcial e 13 de forma total, porém todos de maneira irreversível e permanente. Os afetados parcialmente estão contornados na cor amarela na figura 3 e os marcados em vermelho são os totalmente afetados.

5.2.3 DO AFETADO – O OCUPANTE

Considerando que a maioria das famílias afetadas que ocupam os imóveis declarou ser proprietária, os afetados pelas obras podem ser classificados em 5 categorias:

- a. Proprietário da benfeitoria e ocupante do imóvel
- b. Proprietário da benfeitoria e não ocupante do imóvel
- c. Cedente – o que cede a posse
- d. Cessionário – aquele a quem se fez à cessão
- e. Inquilino

5.3 DIMENSIONAMENTO DA DEMANDA

5.3.1 NÚMERO DE IMÓVEIS E FAMÍLIAS IDENTIFICADAS – LINHA DE BASE

Na perspectiva do anteriormente dito, o processo de remanejamento de população, no âmbito do Programa Lagoas do Norte, está circunscrito às famílias e atividades econômicas situadas dentro da área de intervenção do Programa e neste caso em tela, as afetadas pela implantação do conjunto de obras do Canal do Matadouro.

A Prefeitura Municipal de Teresina realizou a identificação de todos os imóveis (totalizando 34 imóveis) a serem relocados, bem como o cadastro socioeconômico de todas as famílias ocupantes dos respectivos imóveis.

No Anexo III deste documento consta a relação das famílias e imóveis cadastrados.

Quadro – Números de imóveis Afetados por Tipologia de Ocupação

Número de Imóveis	Tipologia de Ocupação	Quantidade		TOTAL de Imóveis Afetados
		Parcialmente Atingidos	Totalmente Atingidos	
Residencial	Uso Próprio	14	9	23
	Cedida	2	-	2
	Alugada	4	1	5
Comercial	Uso Próprio	-	-	-
	Cedida	-	-	-
	Alugada	-	-	-
Misto	Uso Próprio	-	3	3
	Cedida	-	-	-
	Alugada	1	-	1
Total		21	13	34

OBS: O imóvel CBJ-006 de uso misto também possui um sub-lote utilizado para fins de aluguel.

5.3.2 NÚMERO DE SOLUÇÕES REQUERIDAS

Algumas situações demandam para um único processo mais de uma solução.

É o caso dos imóveis alugados/cedidos para os quais está prevista uma solução para o ocupante e outra para o proprietário/posseiro, logo 2(duas) soluções para um único processo.

No caso de famílias co-habitando a mesma moradia, cada família fará jus a uma solução. Portanto, o número de soluções requeridas é superior ao número de cadastros ou de selagem realizados.

Quadro – Números de soluções requeridas

Número de Imóveis	Tipologia de Ocupação	Quantidade		TOTAL de Imóveis Afetados	Número de Soluções Requeridas
		Parcialmente Atingidos	Totalmente Atingidos		
Residencial	Uso Próprio	14	9	23	25
	Cedida	2	-	2	2
	Alugada	4	1	5	6
Comercial	Uso Próprio	-	-	-	-
	Cedida	-	-	-	-
	Alugada	-	-	-	-
Misto	Uso Próprio	-	3	3	6
	Cedida	-	-	-	-
	Alugada	1	-	1	1
Total		21	13	34	40

As 40 soluções requeridas significam um incremento de 18% em relação ao número de imóveis afetados – o que implica num acréscimo no orçamento previsto para o plano de reassentamento involuntário.

6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA

6.1 POLÍTICA DE ATENDIMENTO – CONCEITO

A política de atendimento ou de Compensação de um PRI - Plano de Reassentamento Involuntário deve possibilitar à recuperação ou melhoria da qualidade de vida, da capacidade produtiva, das condições de moradia, compensando ao máximo todas as perdas possíveis – conforme posto pelo Marco de Reassentamento do Programa.

No entanto, o que se busca é que a política de Reassentamento adotada seja capaz de elevar o padrão de vida da população.

A Prefeitura Municipal de Teresina desenvolverá a política de compensação de forma a garantir:

- a reposição das moradias que serão retiradas assegurando que nenhuma família fique em situação habitacional inferior àquela que tinha originalmente;
- a manutenção das atividades econômicas instaladas no território requerido, na perspectiva de (i) evitar criação de passivo social manifesto no desaparecimento de postos de trabalho/atividades de subsistência desenvolvidas nos imóveis que deverão ser retirados da poligonal de afetação; (ii) contribuir para desenvolvimento das atividades econômicas tanto do ponto de vista de sua formalidade como sob a ótica de otimização da produção e comercialização.

6.2 OPÇÕES DE COMPENSAÇÃO

As opções de atendimento adotadas pela Prefeitura Municipal de Teresina – PMT para as famílias afetadas direta e indiretamente pelas obras do Canal do Matadouro, estão fundamentadas em 02 (duas) linhas básicas de compensação:

- **Reassentamento**
- **Indenização**

Para o **Reassentamento** serão oferecidas as seguintes opções:

- ✓ **Reassentamento em Residencial do PLN** – Com foco preferencial para famílias cujos imóveis têm valores de avaliação insuficientes para recomponem sua moradia
- ✓ **Reassentamento em Residencial do PMCMV** – opção disponível para famílias que se encontram em situação de coabitação e inquilinato, nos imóveis com afetação total. É importante ressaltar que estas famílias serão encaminhadas para o residencial disponível², conforme indicação

² Neste caso o encaminhamento se dará para o Residencial Angicos, um empreendimento composto de 1.296 unidades habitacionais sendo apartamentos, divididos em 02 quartos, sala, área de circulação, cozinha, e um banheiro; distribuídos em condomínios, Quadras e blocos. O empreendimento está localizado no Bairro Portal da Alegria, zona sul da cidade de Teresina, a infraestrutura é composta de rede de água, rede de energia, iluminação pública e pavimentação das ruas em paralelepípedo. Informações mais detalhadas e aprofundadas deverão constar no Projeto Detalhado a ser apresentado pela empresa contratada para execução do TTS como primeiro produto dos serviços demandados.

do setor responsável da PMT, será disponibilizado apoio às mudanças, entretanto, as famílias arcarão com o ônus pela aquisição do imóvel.

- ✓ **Reassentamento Monitorado** – Prioritariamente para os proprietários com imóveis avaliados no valor de até R\$ 77.000,00, possibilitando a recomposição da moradia em padrões similares ou superiores ao inicial. A família, com o acompanhamento da UPS, adquire um imóvel com valor máximo de R\$ 77.000,00.

A opção **Indenização** apresenta as seguintes possibilidades:

- ✓ **Indenização para proprietários de imóveis com afetação total** – Pagamento de créditos indenizatórios com base no laudo de avaliação, assegurando à família adquirir um imóvel em condições similares ou superiores;
- ✓ **Indenização para proprietários de imóveis com afetação parcial** – pagamento de créditos indenizatórios com base no laudo de avaliação;
- ✓ **Compensação por serviço** – Para as famílias proprietárias de imóveis afetados parcialmente, a prefeitura oferecerá uma permuta por serviços, no valor referente ao pagamento da indenização, direcionados para melhoria das condições sanitárias do imóvel (incluindo banheiro, cozinha e área de serviços).
- ✓ **Auxílio Moradia** – Para o inquilino de imóvel com afetação total através do pagamento de créditos indenizatórios calculados para custear despesas com aluguel por um ano. O cálculo levará em consideração o valor médio ofertado para o Aluguel Social (R\$ 467,00 mensais), pago em parcela única de R\$ 5.604,00.

Os quantitativos referentes às adesões por cada opção oferecida serão definidos em função dos laudos de avaliação, que servirão de base para as negociações com as famílias que tiveram seus imóveis afetados.

Relocação Temporária – Devido à solução de reposição adotada (construção de novas moradias em parceria com a CAIXA) as famílias optantes pelo reassentamento serão colocadas em **“Aluguel Social”**.

O “Aluguel Social” consiste no pagamento pela Prefeitura do aluguel de uma moradia que atenda aos requisitos de habitabilidade e que ofereça no mínimo à mesma condição de sua moradia de origem, sem ônus, durante o interstício de tempo entre a desocupação da área e o reassentamento definitivo, nas moradias a serem construídas pela Prefeitura.

Cabe à Prefeitura responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de aluguel das moradias pelo tempo necessário ao atendimento da demanda de obra, bem como pelas despesas de mudança das famílias.

O valor do “Aluguel Social” a ser adotado é o descrito no quadro a seguir e foi calculado em função do padrão moradia da habitação em que a família reside:

Valor de Avaliação do Imóvel	Valor do Aluguel Social a ser Ofertado
De R\$2.500,00 a R\$30.000,00	R\$ 300,00
De R\$30.001,00 a R\$77.000,00	R\$ 400,00
Acima de R\$77.000,00	R\$ 700,00

Tabela 2: valor do aluguel social

6.3 REQUISITOS PARA SER ELEGÍVEL PELO PROGRAMA

Todas as pessoas que ocupam ou usam a área situada no interior da poligonal de afetação – definida como sendo a linha de offset da obra do Canal do Matadouro para fins residenciais, comerciais ou produtivos, e ter sido cadastrado pela Prefeitura Municipal de Teresina pelo Programa Lagoas do Norte são elegíveis para atendimento, conforme especificado a seguir:

- Imóvel codificado (selo) – Ter sido o imóvel identificado pela Prefeitura;
- Ter sido cadastrado pela Prefeitura, logo, estar incluído na relação de afetados que compõe a Linha de Base deste PRI, independente da categoria de classificação do afetado, descritas a seguir:
 - ✓ Proprietários (moradores ou não) que *têm a titularidade do imóvel.*
 - ✓ Arrendatários e posseiros – *famílias que ocupam a área, mas não têm titularidade sobre o respectivo imóvel.*
 - ✓ Cedidos, cedentes – *famílias que residem no imóvel em situação de cessão ou coabitação³.*
 - ✓ Locadores, locatários – *família em situação de inquilinato.*

Não são elegíveis para atendimento:

- Pessoas ou famílias que se insiram na área após o cadastro imobiliário e identificação dos imóveis;

³ Entende-se como Coabitação: Formação de diferentes núcleos familiares (primários e secundários) que dividem o mesmo espaço físico, referenciado por ocasião do cadastro socioeconômico e imobiliário do PLN, com condições de proverem o próprio sustento e/ou compartilharem as despesas no domicílio.

- Pessoas que desenvolvem atividades ilícitas e pessoas com documentos de propriedade fraudados.

A adoção desses critérios teve como base o Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da 2ª fase do PLN (PMT, 2014).

Em caso de inelegibilidade, prevê-se a identificação das famílias pela Unidade de Projeto Socioambiental – UPS e encaminhamento para os devidos procedimentos jurídicos de imissão de posse do referido imóvel em favor da Prefeitura Municipal de Teresina.

6.4 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

A seguir apresentam-se os critérios de elegibilidade que deverão ser adotados pelo Programa Lagoas do Norte para a obra do Canal do Matadouro para atendimento as diferentes categorias de afetados.

Item	Situação atual	Situação de utilização	Política de atendimento
1	IMÓVEIS DE USO RESIDENCIAL		
1.1	Proprietários e/ou posseiros (afetação total)	Uso próprio	Opção1 – Indenização; Opção 2 – Reassentamento em Residencial do PLN; Opção 3 – Reassentamento Monitorado.
1.2	Proprietários e/ou posseiros (afetação parcial)	Uso próprio	Opção 1 – Indenização; Opção 2 – Compensação por serviço
1.3	Proprietários (afetação total)	Alugado/cedido	Opção – Indenização.
1.4	Proprietários (afetação parcial)	Alugado/cedido	Opção 1 – Indenização; Opção 2 – Compensação por serviço
1.5	Inquilinos/cedidos (afetação total)	Alugado/cedido	Opção1 – Reassentamento em Residencial do PMCMV, com ônus do financiamento; Opção 2 – Auxílio moradia.
1.6	Coabitantes de famílias com afetação total	Uso próprio	Opção1 – Reassentamento em Residencial do PMCMV, com ônus do financiamento.
2	IMÓVEIS DE USO COMERCIAL		
2.1	Proprietários e/ou posseiros (afetação total)	Uso próprio	Opção1 – Indenização; Opção 2 – Reassentamento em Residencial do PLN, com unidade habitacional acrescida de ponto comercial.
2.2	Proprietários e/ou posseiros (afetação parcial)	Uso próprio	Opção 1 – Indenização; Opção 2 – Compensação por serviço

6.5 NÚMERO DE SOLUÇÕES A SEREM DISPONIBILIZADAS – METAS DE SUPRIMENTO

Definida a quantidade de soluções requeridas – vide item 5.3.2, deste documento, elaborada a Política de Atendimento e estabelecidos os Critérios de Elegibilidade resta dimensionar as “Metas de Suprimento” de cada solução proposta para então estimar o orçamento do PRI.

O quadro a seguir apresenta o número de soluções a serem disponibilizadas.

Categoria de Afetado			METAS DE SOLUÇÕES A SEREM PROVIDAS					
			Reassentamento em Residencial do PLN	Reassentamento em residencial do PMCMV*	Reassentamento Monitorado	Indenização	Auxílio Moradia*	Indenização/ compensação por serviços
RESIDENCIAL	Proprietários e/ou Posseiros	Uso Próprio	03		02	04	-	21
	Proprietários	Alugado / Cedido	-		-	01	-	-
	Inquilinos / Cedidos	Alugado / Cedido	-	02	-	-	-	-
	Co-habitantes	Co-habitantes	-	04	-	-	-	-
COMERCIAL	Proprietários e/ou Posseiros	Uso Próprio	-		-	03	-	-
TOTAL			03	06	02	08	-	21

* Opções ofertadas apenas para inquilinos de imóveis com afetação total.

Logo, para atender a demanda deste Plano no que se refere à relocação das famílias, há previsão da utilização de 03 unidades habitacionais nos residenciais do PLN, 06 unidades habitacionais em residencial do Programa Minha Casa Minha Vida, a aquisição de 02 unidades habitacionais no mercado imobiliário para reassentamento monitorado, além do atendimento de 08 famílias através de indenização.

Ressalta-se que o quadro acima posto refere-se à possibilidade de atendimento, para fins de previsão orçamentária, conforme reflexões da equipe que elaborou o presente documento. A materialização das soluções pode se

apresentar de maneira diferenciada, uma vez que a opção é escolhida pela família no processo de negociação.

É válido destacar que 21 famílias não precisarão ser relocadas e serão atendidas com indenização ou compensação por serviços, por se tratar de afetação parcial dos imóveis.

6.6 MECANISMOS DE ACORDOS

Os mecanismos de acordo consubstanciados neste documento assegurarão a transparência do processo de negociação e a segurança jurídica para o cumprimento do acordo celebrado entre os interessados.

A mediação será conduzida no sentido de dar às famílias condições de equidade para discutir e escolher a forma de atendimento mais adequada às suas necessidades.

O processo de estabelecimento dos acordos para indenização e/ou reassentamento se dará na seguinte ordem:

a. Abertura de processo administrativo individualizado

Formalização, pela UGP, de processo administrativo de desapropriação das famílias afetadas (um processo por imóvel, podendo contemplar mais de uma família) contendo todas as informações pertinentes à desapropriação. O processo será, então, encaminhado para a UPS para o início do atendimento.

b. Atendimento social individualizado

Convocação formal e atendimento individualizado realizado por técnico da UPS para explicar a cada representante familiar as opções de reassentamento e a metodologia da mediação. Programação de visita à área do residencial, anamnese social e agendamento da reunião de mediação.

c. Reunião de Mediação

Atividade realizada entre a família afetada e a PMT (representada por um técnico social na condição de preposto) junto à Câmara de Mediação da OAB. Mais de uma sessão de mediação pode ser realizada até que se estabeleça um acordo, onde será emitido, pela OAB, título executivo extrajudicial.

d. Homologação da mediação junto ao Tribunal de Justiça

Homologação do resultado da mediação junto ao Poder Judiciário, de modo a torná-lo título executivo judicial, dando maior segurança jurídica à negociação.

e. Acompanhamento social ao processo de desapropriação

Cumprimento do título executivo judicial pela UGP/PMT. Em todos os casos, será realizado acompanhamento da família após a mediação, como estabelecido nos manuais operacionais do BIRD.

6.7 NÚCLEO HABITACIONAL

O Programa Lagoas do Norte irá implantar 03 núcleos habitacionais para suprir as demandas ocasionadas por reposição de moradias, sendo elas:

- Loteamento L02 [Parque Brasil];
- Loteamento L03 [Lagoa da Draga/ Residencial Lagoas do Norte];
- Loteamento L04 [Boa Esperança/ Lagoa dos Oleiros];

O Programa não quer deixar escapar a oportunidade para o redesenho urbano, um momento de pensar o requalificar, porém essas mudanças devem possibilitar a flexibilidade e capacidade de adaptação e não serem segregadoras de um modo de MORAR, portanto, estão sendo respeitadas as necessidades individuais, principalmente na coleta de informações realizada pela equipe técnica de Trabalho Social, quando do questionário que dará subsídios à leitura e entendimento dessas famílias.

As famílias do Canal do Matadouro optantes pelo reassentamento em residencial serão atendidas preferencialmente com as primeiras unidades habitacionais disponibilizadas pelo Programa. No Anexo IV – deste documento apresenta-se o detalhamento dos residenciais do PLN. Vale ressaltar que, no intervalo entre a saída das famílias e seu reassentamento no conjunto, elas serão atendidas pelo Aluguel Social com ônus para a Prefeitura de Teresina, conforme exposto na seção 6.2 deste Plano.

A seguir apresenta-se um quadro resumo contendo dados sobre os residenciais:

Quadro 1: Caracterização dos loteamentos do Programa Lagoas do Norte

Loteamento	Distância em rota mínima da área afetada (Km)	Situação	Áreas Institucionais		Tipologias Adotadas				
			Tipo	Quantidade	Tipo	Área (m²)	Número de Unidades Habitacionais	Possui Área Comercial?	Número de Unidades com área destinada a comércio ou serviços
Parque Brasil	7	Projeto	Escola	1	Casa padrão (com dois dormitórios)	45	350*	Sim	103
			Creche	1					
			Centro Comunitário	1	Casa com comércio	75	0	-	0
			Lavanderia Comunitária	1	Sala Comercial	30	0	-	0
					Apartamento	44,5	672	Não	0
Lagoa da Draga/Residencial Lagoas do Norte	2,5	Projeto	Creche Tipo B	1	Apartamento	44,5	334	Não	6
					Casa com comércio	30	6	Sim	
Boa Esperança/Lagoa dos Oleiros	2,5	Projeto	Creche Tipo C	1	Apartamento	44,5	324	Não	0
TOTAL							1.686		

* dos 350 lotes do Parque Brasil, 103 são lotes com dimensões variáveis e serão destinados para edificação futura de comércio ou serviços

7. DINÂMICA OBRA E PROCESSO DE REASSENTAMENTO

7.1 CONSIDERAÇÕES

É fundamental estabelecer uma dinâmica adequada para a realização das obras tanto para o grupo de famílias totalmente afetadas – que no momento do início das obras deverão ter sido relocadas – quanto para as parcialmente afetadas.

As recomendações contidas no Manual Ambiental de Obras deverão ser observadas – com especial foco no que tange à proteção das áreas remanescentes das moradias – segregando a área destinada à obra das áreas de uso residencial.

É preciso também adotar medidas de isolamento das áreas e a empresa executora da obra deverá adotar medidas de sensibilização de seus funcionários sobre o comportamento a ser adotado com relação à vizinhança da área.

A UPS realizará visitas frequentes ao canteiro de obra e ao local da obra de forma a atuar proativamente no que se refere à relação da execução da obra e os transtornos ocasionados à população.

8. PROGRAMAS COMPLEMENTARES

Os Programas complementares visam aperfeiçoar as ações previstas no PRI possibilitando agilidade, transparência e redução dos possíveis conflitos.

8.1 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA

As ações de comunicação social e educação ambiental e sanitária estão previstas e serão executadas conforme os respectivos Programas que constam no Anexo V.

9. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A participação comunitária é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade do empreendimento.

O componente social do Projeto está fundamentado na participação dos moradores em todas as fases do empreendimento e será desenvolvido durante 12 meses, incluindo a fase da pós-ocupação, período que compreende de 06 a 12 meses após a conclusão das obras.

O referido Projeto (de intervenção) pautou-se no diagnóstico social da área, nas sugestões das lideranças, moradores e entidades atuantes na comunidade.

O trabalho social visa em linhas gerais, propiciar a participação comunitária, através da mobilização dos moradores e das organizações existentes; desenvolver ações de Educação Sanitária e Ambiental destinadas à adequação de atos e atitudes da população, com vista à correta apropriação, utilização e manutenção dos benefícios implantados.

Dentro do Projeto “Lagoas do Norte” foi definido o arranjo institucional em níveis de planejamento, operação e execução.

A Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte (UGP) está organizada com um grupo técnico multidisciplinar composto pelo Coordenador Geral do Programa e por profissionais das áreas de Engenharia, Arquitetura, Direito, Serviço Social, Ciências Contábeis, Comunicação Social e auxiliares administrativos e é responsável pelas seguintes atividades: gestão e planejamento de obras; análise de projetos; supervisão de contratos; produção de termos de referência e realização de licitações; articulação de políticas intersetoriais; supervisão do trabalho técnico-social e de engenharia.

Para o nível da execução, as ações estarão referenciadas pela Unidade de Projeto Socioambiental que funciona no Parque Ambiental Lagoas do Norte, próximo ao local de intervenção.

O escritório social tem uma estrutura composta de um coordenador e técnicos das seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia, Biologia, Educação Ambiental, Recursos Humanos e auxiliares administrativos.

Esta estrutura é responsável pelo acompanhamento social às famílias da área de intervenção do Programa, educação socioambiental, mobilização e articulação comunitárias, ações de promoção da participação e organização nas áreas.

Dentre as ações sociais previstas para a área destacam-se as seguintes atividades:

- Identificação das representações comunitárias do local;
- Atividades de divulgação das intervenções;
- Operacionalização do PRI;
- Acompanhamento social ao processo de reassentamento;

- Oficinas de educação sanitária e ambiental.

As ações de sensibilização e mobilização comunitárias referentes a este documento já foram iniciadas e estão descritas no Anexo I – em que constam as atas das reuniões / fotos / lista de presença.

9.1 MECANISMOS DE RECLAMOS

Caso corra durante a implantação do processo de reassentamento um número significativo de reclamações ou de processos sendo negociados pela via judicial a UGP adotará uma ouvidoria específica para o Programa composta por técnicos de diferentes formações a fim de dirimir os conflitos.

Esta ouvidoria estará preparada para não só captar as reclamações, mas, sobretudo para encaminhá-las aos setores pertinentes buscando obter soluções. As soluções obtidas serão, imediatamente, comunicadas aos reclamantes.

Sabe-se que uma das maiores queixas da população é a dificuldade de acessar o processo institucional/burocrático das entidades envolvidas, e por isto mesmo sentem-se perdidas e lesadas. Dar respostas de forma concisa, clara, bem fundamentadas e em uma linguagem adequada é a função do grupo de reclamos.

Os processos de negociação objeto deste PRI serão submetidos à Câmara de Mediação da OAB, seccional Piauí. A mediação é expressa em título executivo extrajudicial com valor jurídico pleno, minimizando as chances de litígio posteriores. Nos casos de não-acordo entre as partes, o resultado da mediação subsidiará o processo judicial.

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EX-POST

O monitoramento e a avaliação ex-post serão desenvolvidos num processo paralelo à fase de planejamento e execução do reassentamento, pois o monitoramento e avaliação visam verificar se os fundamentos, os objetivos, o plano de ação e a política de atendimento do PRI estão sendo alcançados.

No entanto, caso se verifique que isto não esteja ocorrendo o sistema de monitoramento deverá sugerir correções/adequações/ajustes.

10.1 MONITORAMENTO

O monitoramento aqui proposto é um acompanhamento sistemático do processo de reassentamento.

Para isto é necessário identificar quais os aspectos que merecem ser acompanhados, determinando-se os caminhos críticos do PRI e a partir daí estabelecer os pontos a serem monitorados.

A seguir apresenta-se uma relação de aspectos inicialmente previstos (indicados a partir de experiência de projetos similares) para serem monitorados, mas nada impede e é desejável, que a equipe gestora do Projeto no momento da contratação do sistema de monitoramento avalie a oportunidade de incluir algum outro aspecto ou excluir algum dos previstos por já ter sido superado.

10.2 CAMINHOS CRÍTICOS A SEREM MONITORADOS

Na etapa de Planejamento da Execução:

Aspectos Institucionais / Jurídicos / Administrativos

1. Orçamento aprovado e rotina financeira definida
2. Instrumentos jurídicos estabelecidos – Acordo estabelecido com o DPU sobre autorização de intervenção na área de propriedade da União.
3. Implantação do escritório técnico local de gestão compartilhada / formação da equipe / treinamento / definição de rotinas administrativas
4. Estabelecimento dos instrumentos legais: contratos / registros / relação de documentos / estabelecimento das rotinas processuais

Aspectos Técnicos

1. Elaboração dos projetos executivos de engenharia – parcelamento, infra-estrutura e unidades habitacionais / definição do domínio da terra / licenças ambientais / aprovação urbana / aprovação junto às concessionárias de serviço público.
2. Licitação da obra e da supervisão técnica/ recursos financeiros garantidos
3. Cronograma de execução compatibilizado com o do deslocamento temporário da população
4. Ampla divulgação na Comunidade sobre: “Convivência, Obra e Comunidade” alguns pontos: data de início/ mobilização – canteiro de obra/ contratação de mão de obra local / apresentação da empresa executora /
5. Identificação de unidades habitacionais na área e no entorno em número suficiente, que atendam aos requisitos mínimos de habitabilidade e que estejam disponíveis no período necessário para serem ocupadas temporariamente pela população.
6. Locação dos Imóveis e traslado da população

Na etapa de Execução das Obras:

Aspectos Institucionais / Jurídicos / Administrativos

1. Liberação orçamentária em quantidade e no prazo previsto
2. Fluxos de processos dentro da cronologia prevista / capacidade de solucionar situações não previstas
3. Equipe e estrutura compatíveis com o porte do programa

Aspectos Técnicos

1. Execução das obras na cronologia e qualidade desejadas
2. Grau de envolvimento da população
3. Baixo índice de insatisfação
4. Traslado da população para as unidades habitacionais concluídas / Preparação da população para o pós-obra
5. Liberação de novas áreas para execução de obras

Para a contratação do monitoramento deverá ser elaborado Termo de Referência que deverá orientar a relação contratante e contratado sobre o tema.

10.3 AVALIAÇÃO EX-POST

A avaliação ex-post será realizada em duas etapas.

Os objetivos são:

- Medir os resultados do PRI;
- Verificar o grau de satisfação das famílias optantes pelas diversas formas de atendimento do Programa;
- Identificar os fatores de satisfação/insatisfação;
- Verificar a adequabilidade das ações de atendimento. Por adequabilidade das ações de atendimento entende-se, como ter efetivamente minimizado o impacto ocasionado, ou seja, ter possibilitado a recomposição de vida.

A avaliação deve ser realizada por equipe independente, mas com comprovada experiência não só em processos de avaliação, mas também em processos de reassentamento.

Para a contratação da avaliação ex-post deverá ser elaborado Termo de Referência específico que orientará a relação entre contratante e contratado sobre o tema.

PARTE 3 – MACRO-ATIVIDADES

11. MACRO ATIVIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE REASSENTAMENTO

O remanejamento das famílias e de atividades econômicas instaladas na área de intervenção do projeto requer execução de, pelo menos, 08 Macro-Atividades cada uma delas envolvendo várias ações específicas.

Evidentemente que as atividades centrais de implantação do presente PRI não serão todas implantadas linearmente, havendo superposição entre elas no horizonte temporal estabelecido para o plano, conforme pode ser observado através do Cronograma presente neste documento, na Parte 4.

A seguir apresentam-se as Macro-atividades previstas para execução do processo de reassentamento.

Macro Atividade 1 – Instalação do Escritório Técnico Social

Executado sob o enfoque de instalação física a partir da qual decolam todas as ações executivas do processo de relocação de famílias e reinstalação de atividades econômicas exigindo participação e negociação com os afetados.

As principais ações para instalação e operação do ETL são as seguintes:

1. Instalação do Escritório – **Executada;**
2. Instalação de mobiliários e equipamentos técnicos (computadores, telefone e similares) – **Executada;**
3. Disponibilização da Equipe técnica que trabalhará diariamente no Escritório – **Executada;**
4. Capacitação e nivelamento da equipe quanto ao “Programa Lagoas do Norte” especificamente em relação às obras do Canal do Matadouro – **Em execução;**
5. Elaboração do Plano de Trabalho (Instrumento de trabalho) – **Em execução.**

Macro Atividade 2: Abordagem Informativa e de Motivação à Participação

1. Abordagem Informativa e de Motivação à Participação das Famílias através da promoção de reuniões e de visitas técnicas para prestar informações e esclarecimentos sobre o Projeto, sobre a necessidade de liberação de áreas, e sobre a maneira como se pretende tratar a questão do PRI, além de, sobretudo, receber contribuições sobre o processo. – **Em execução**

Macro Atividade 3: Cadastramento das Famílias e Produção do Laudo de Avaliação Imobiliária

1. Identificação dos Imóveis em consonância com os projetos de engenharia
2. Planejamento do cadastro socioeconômico e Imobiliário
3. Aplicação do Cadastro socioeconômico e Imobiliário
4. Tabulação do Cadastro socioeconômico
5. Produção do laudo de avaliação dos imóveis afetados

Todas as ações referentes a esta Macro Atividade já foram executadas.

Macro Atividade 4: Estabelecimento de Acordos com as Famílias

1. Abertura de processo administrativo individualizado – **Em execução**
2. Atendimento social individualizado
3. Reunião de Mediação
4. Homologação da mediação junto ao Tribunal de Justiça
5. Acompanhamento social ao processo de desapropriação

Macro Atividade 5: Execução das soluções

Todas as soluções apresentadas só serão executadas mediante título executivo extrajudicial.

1. Macro Atividade 5A: disponibilização das moradias
 - Reunião com as famílias a serem relocadas
 - Busca pelas famílias do imóvel para aluguel com apoio da UGP/PMT
 - Estabelecimento do contrato de locação
 - Provisionamento de Recursos Financeiros – UGP/PMT
 - Transferência das famílias
 - Pagamento dos aluguéis pela PMT até a data do reassentamento definitivo
2. Macro Atividade 5B: pagamento das indenizações
 - Provisionamento de Recursos Financeiros – UGP/PMT
 - Pagamento do crédito indenizatório conforme título executivo judicial
 - Acompanhamento dos serviços (em casos de indenização parcial por compensação) pela UGP/UPS/PMT
3. Macro Atividade 5C: reassentamento monitorado
 - Apresentação, pela família, do imóvel a ser adquirido com base em pesquisa de mercado e valor em acordo com o estabelecido no título extrajudicial
 - Avaliação das condições de habitabilidade do imóvel apresentado (engenharia do PLN)
 - Provisionamento de recursos financeiros – UGP/PMT
 - Apresentação, pela família, do acordo de compra e venda do imóvel
 - Pagamento do crédito indenizatório conforme título executivo judicial
 - Apresentação, pela família, do documento do imóvel adquirido
4. Macro Atividade 5D: pagamento do auxílio moradia

- Provisionamento de Recursos Financeiros – UGP/PMT
- Pagamento do crédito indenizatório conforme título executivo judicial

Macro Atividade 6: Construção da Infra-Estrutura e das Moradias do Núcleo Habitacional

1. Disponibilização das moradias

- Elaboração de projetos de parcelamento e das tipologias habitacionais
- Apresentação e discussão com as famílias do projeto de tipologias habitacionais.
- Licitações para construção
- Construção do núcleo habitacional
- Visitas semanais dos Comitês de famílias
- Vistoria das edificações e assinatura do Termo de Vistoria
- Traslado das famílias (originárias da FO1 + 25 famílias da FO)
- Aplicação de ações de adaptação às novas moradias e ao meio circundante

Macro Atividade 7: Monitoramento e Avaliação Ex-Post

1. Elaboração dos Termos de Referência
2. Planejar e lançar o edital de licitação
3. Contratação dos Serviços
4. Realização dos Serviços

PARTE 4 – PLANO DE AÇÃO E CONTROLE

12. MATRIZ INSTITUCIONAL

A Prefeitura Municipal de Teresina, através da UGP, com o apoio de especialistas, será responsável pela realização do conjunto de ações de remoção e reassentamento.

A implementação do referido plano envolve diferentes órgãos cuja competência está especificada no quadro a seguir.

INSTITUIÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	COMPETÊNCIA	ATIVIDADE
BIRD – Banco Mundial	Gerência de Contrato do BIRD	Análise e aprovação do PRI	Financiamento
Governo Federal	Caixa Econômica Federal – GIGOV-TE	Construção do Residencial	Financiamento e Execução do Contrato com a PMT
SEMPLAN	UGP	Planejamento das ações de desapropriação	Elaboração do PRI
Prefeitura Municipal de Teresina	SEMPLAN (UGP/UPS) SEMF	Acompanhamento e Negociação com as famílias	Execução do PRI
Prefeitura Municipal de Teresina	Procuradoria Geral do Município	Aporte jurídico às ações para desapropriação	Acompanhamento e anuência às ações de desapropriação
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí	Câmara de mediação	Promover serviço de mediação nas negociações de desapropriação	Reuniões de mediação e expedição dos títulos executivos

13. CRONOGRAMA OPERATIVO

O cronograma é um instrumento que reflete o ritmo que será empregado para a execução das tarefas previstas.

O cronograma operativo para o reassentamento da população afetada pelas obras do canal encontra-se disponível no Anexo VI.

14. ESTIMATIVA DE CUSTO

Estimativa de custo		
Descrição dos serviços/atividades	Valor	Fonte de recursos
Pagamento das Indenizações Financeiras por afetação total	R\$ 1.122.193,14	BIRD
Pagamento das Indenizações Financeiras por afetação parcial	R\$ 823.673,99	BIRD
Custo com Aluguel Social (18 meses)	R\$ 82.800,00	BIRD
Pagamento do Auxílio moradia	R\$ 11.208,00	BIRD
Reassentamento de famílias/construção de moradias	R\$ 847.000,00	CAIXA
Serviços de terceiro (Contrato OAB)	R\$ 17.000,00	PMT
Serviços de terceiro (Monitoramento e Avaliação ex-post)	R\$ 80.000,00	BIRD
Transporte de famílias para reassentamento	R\$ 70.000,00	BIRD
TOTAL	R\$ 3.053.875,13	

**ANEXO I – REGISTRO DAS AÇÕES DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL DO CANAL MATADOURO**

1. ATIVIDADE: Reunião Comunitária

1.1 DATA: 14.02.2017

1.2 DESCRIÇÃO:

A reunião ocorreu no auditório do Centro de Convivência Saber Viver, com objetivo de informar sobre as intervenções do Programa Lagoas do Norte no Canal do Matadouro. Participaram da atividade os moradores mais próximos do canal, representantes do Comitê, técnicos da UPS e da UGP, e o secretário da SEMPLAN.

1.3 REGISTROS

1.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO



1.3.2 LISTA DE FREQUÊNCIA

SEMPPLAN
Secretaria Municipal
de Planejamento
e Coordenação



Prefeitura de
Teresina

ASSUNTO: REUNIÃO COM LIDERANÇAS SOBRE CANAL BOM JESUS

LOCAL: CENTRO DE CONVIVÊNCIA SABER VIVER - NAI/MATADOURO

DATA: 14.05.2016

LISTA PARTICIPANTES

ORD.	NOME	ENTIDADE	CONTATO
01	Elisabete Barbosa	UL Comente	99969 6550
02	Francineide Alves de Nascimento	Contia Portela, 3412	
03	Antonio Rodrigues da Silva	Rua Formosa 827	3217-3909
04	Marcelo P. S. dos Santos	Rua Jambor 525	99532 2162
05	Concilio Amanteiro Castro Júnior		9864-3928
06	Olívio Carvalho		8876 2856
07	Emmanuelly		
08	Jonas Figueira	Tiempo das Américas	98829 9355
09	Luiz Machado	- " -	-
10	Helio Silva	- " -	99437 8266
11	Frederico da Silva		
12	Antonio Viana dos Santos		
13	Idem, o das águas	Contia Portela	9452 9564
14	Arlyrio Helvys Dias	LAGOAS	99937 9161
15	Luiz Machado de Oliveira	Matadouro	3217 - 3924
16	Adriana Rodrigues Carvalho	Amor de Tia	99955-1064
17	Francineide B. Silva	MATADOURO	
18	Margarida Salimata S. da Silva	C. L. Norte	99566 9006
19	Antonio R. L. da Silva	M. F. F. F.	
20	Marcelo P. S. dos Santos	NOVA BRASÍLIA	9-9925.9317
21	Luiz Machado de Oliveira	Matadouro	
22	Caroza Cristiana	Vila Benjamim	99969 9209
23	Reginaldo Figueira Martins	Matadouro	3217 3865-9960
24	Francineide B. Silva	Matadouro	3217 3865
25	Marcelo P. S. dos Santos	MATADOURO	99590 7165
26	Antonio Mendes Freire	Matadouro	99970-6299



1.3.3 RELATÓRIO DE REUNIÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte - UGP
Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

RELATÓRIO DE REUNIÃO

LOCAL: Auditorio do Centro de Convivência

DATA: 14.05.2016

RESPONSÁVEL: Programa Lagoas do Norte (UGP e UPS), Comité Lagoas do Norte

ASSUNTO: Apresentação e discussão da proposta de intervenção para o Canal Matadouro

PONTO(S) DE PAUTA:

- Apresentação da proposta de intervenção.
- Debate da proposta
- Encaminhamentos.

RELATO DA ATIVIDADE:

A reunião ocorreu às 09:00h do dia 14/05/2016 no auditorio do Centro de Convivência Subir Viver, localizado na Rua Antonio Pedro, Bairro Matadouro. O principal objetivo foi apresentar e discutir com a comunidade acerca da proposta de intervenção para o Canal Matadouro. Este canal atualmente representa um impacto físico não contemplado nas intervenções da primeira etapa e que constantemente a comunidade apresenta reclamações sobre o mesmo. A atividade iniciou com a fala do Secretário Washington Bonfim apresentando as propostas de intervenção, além da contextualização dos eixos do Programa Lagoas do Norte. Em seguida os moradores se manifestaram, demonstrando satisfação, bem como questionando sobre o sistema técnico, esgoto sanitário, esgotamento sanitário, e como ocorre a situação da remoção e reassentamento. A equipe técnica esclareceu os dúvidas indicando a previsão da construção de uma ponte para interligar a Rua Viradema (ortada pelo canal) e esgotamento dos rios que terão contato direto com o canal. Esclareceu-se que dentro das propostas do Programa o canal não deverá receber esgoto sanitário e que outros eixos se complementarão a do canal para garantir isso. Sobre a remoção e reassentamento a coordenadora social do Programa esclareceu que não há dificuldades sobre como será uma ação uma vez que para isso serão realizadas cadastrais em todas as casas para entender a real situação de cada família, e que após essa identificação ocorre um processo de negociação, onde se apresenta as opções e se negocia os procedimentos com as famílias. Os moradores reforçaram que ansiam pela obra, pois na atual configuração em que o canal se encontra de tem representado riscos à comu-

h2



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

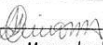
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN

Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte - UGP

Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

RELATO DA ATIVIDADE:

cidade, não somente nos aspectos ambientais mas também nos sociais. Citaram exemplos como uma casa abandonada no final da rua Fotógrafo Hauer, a qual tem sido ponto de encontro para usuários de drogas com outras consequências em decorrência disto, também descobriram que utilizam as margens do canal para se deslocarem para (feira, hospital, etc) que adquirem-se é escuro e de difícil acesso (invisível). As equipes registraram os demandas. Após isto, encerra-se a atividade que foi avaliada como positiva, uma vez que se constitui num espaço de diálogo importante entre a Prefeitura (PMN) e a comunidade, assim o início da intervenção iniciou-se com a participação da comunidade. Esta atividade foi registrada através de lista de frequência e fotografias.


Aline Teixeira Mascarenhas de A. Costa
Assistente Social - CRESS/PI 1020 22ª Região
UPS - Programa Lagoas do Norte

2. ATIVIDADE: Visitas domiciliares

2.1 DATA: 17.05.2016 a 27.07.2016

2.2 DESCRIÇÃO

As visitas domiciliares tiveram o objetivo de informar acerca do cadastro socioeconômico e imobiliário, sensibilizando-as para a importância da referida ação. Na oportunidade, a equipe entregou um comunicado e agendou data para realização do respectivo cadastro.

2.3 REGISTROS

2.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO



3. ATIVIDADE: Visitas domiciliares

3.1 DATA: 19.05.2016 a 29.07.016

3.2 DESCRIÇÃO:

Estas visitas foram realizadas por técnicos do Serviço Social da UPS e da equipe de Engenharia da empresa MPB Engenharia e Projetos (Consórcio Teresina Sustentável) propiciaram um importante contato com as famílias onde foi realizado o cadastro socioeconômico e imobiliário, instrumento que subsidiará a construção do Plano de Reassentamento.

3.3 REGISTROS

3.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO



4. ATIVIDADE: Reunião com lideranças locais

4.1 DATA: 05.09.2016

4.2 DESCRIÇÃO:

A reunião ocorreu no auditório da UPS, foi demandada pelas lideranças que solicitaram informações sobre o andamento do projeto. Técnicos da equipe social e de engenharia do Programa Lagoas do Norte prestaram informações acerca dos procedimentos relacionados à intervenção do canal em alusão e explicaram os trâmites necessários para execução da obra.

4.3 REGISTROS

4.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO



5. ATIVIDADE: Reunião comunitária

5.1 DATA: 14.12.2016

5.2 DESCRIÇÃO

As famílias foram convocadas antecipadamente através de visitas domiciliares por técnicos sociais da UPS. A atividade ocorreu no auditório do Centro de Convivência Saber Viver, onde foi apresentado o Projeto Executivo e a Poligonal e Afetação da obra de requalificação do Canal do Matadouro. Foi explicada às famílias acerca da metodologia de negociação para desapropriação e explanada as formas de atendimento. Após debate e esclarecimento de dúvidas sobre as intervenções da obra a atividade foi encerrada.

5.3 REGISTROS

5.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO



5.3.2 LISTA DE FREQUÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte - UGP
Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

LOCAL: Auditorio do Centro de convivência Saber Viver

DATA: 14.12.2016

RESPONSÁVEL: UPS-UGP- lagoas do Norte

LISTA DE PARTICIPANTES/ CONTATOS

- 01 Marcos Mendes da Silva (86) 99404-6301
- 02 Magnus Mendes da Cruz 88 9471-3370
- 03 Manineto de Souza Cunha 9844-7422
- 04 Maria Jose 99545-7320
- 05 Joa Maria de Souto 9484-1629
- 06 Francisco de Assis Salvario Santiago 99545-7320
- 07 Heliana da Cunha Valadao 9826-4314
- 08 Abio de Sousa
- 09 Jorgeleide de Alencar do Moura
- 10 Jorge Teunema de Sousa 98829 9355 - 99440 9186
- 11 Reinaldo Faria Luatin 99800 9580-3217 3865
- 12 Frediano P. da S.
- 13 Antonio Mendes Frazza 99970-6299
- 14 Lucia me de Jesus m Gomes 32173865 981625143
- 15 Almeida Teixeira Jul. de Andrade. 9446-3707
- 16 Alba Beatriz Feres da Costa Pinheiro 3215-7525
- 17 Letícia de Moura Santos P. Lima - 3216-5075
- 18 Jaize Lima morais Rodrigues - 3216-5075
- 19 Joséide da Cruz Camalho 3216-5075
- 20 Donna de Jesus Fera
- 21 Socia da Silva Vieira . 99469-1058
- 22 GRIGÓRIO MENDES FAZAN
- 23 Tatiana Heloys dos Ferraz
- 24 Raimundo Rosa Lima 99814-0653
- 25
- 26

5.3.3 RELATÓRIO DE REUNIÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte - UGP
Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

RELATÓRIO DE REUNIÃO

LOCAL: Auditório do Centro de Conveniência Super Viver

DATA: 14-12-2016

RESPONSÁVEL: UPS - UGP - Programa Lagoas do Norte

ASSUNTO: Apresentação do projeto executivo do canal do Ulu-
balouro e os estratégias de atendimento às famílias

PONTO(S) DE PAUTA:

Apresentação do projeto executivo do canal do Ulu-
balouro e os estratégias de atendimento às famílias.

RELATO DA ATIVIDADE:

A reunião iniciou aproximadamente às 16:20h, com a apresentação do Projeto executivo e da poligonal de afecção, realizada pelo arquiteto do Programa Lagoas do Norte - Sebastião Ferraz, demonstrando para os presentes a proposta de inter-
e a concepção final com a explanação da perspectiva do projeto em 3D, mostrando como ficará o canal após a regularização. Ao encerrar a palestra o arquiteto perguntou se alguém tinha dúvidas, então a Sra. Lúcia da Associação Ferreira de Souza pediu para falar. Ela colocou seus questionamentos sobre o Programa, e suas preocupações acerca da política de remoção das famílias, também questionou a ausência do Ministério Público na reunião, pois segundo ela foi informado sendo com o prefeito que o órgão participaria de todo o processo. Todos a ouviram atentamente e em seguida a assistente social Conceição Ferreira, coordenadora social do Programa, respondeu aos questionamentos da Sra. Lúcia e prosseguiu a reunião apresentando os procedimentos que já foram realizados, tais como reunião com a comunidade, visitas domiciliares para realização de cadastro socioeconômico e imobiliário e atendimentos sociais. Enquanto ela falava, a Sra. Lúcia paralelamente continuava a questionar a ausência do Ministério Público, outros presentes também começaram a se manifestar e a reunião ficou um pouco tumultuada. Então o Sr. Jorge dos Anjos pediu a palavra e explicou que todos permaneceram os ânimos pois não estava se conseguindo dialogar com muitas pessoas falando. A coordenadora Conceição sugeriu que a atividade fosse encerrada, pois a discussão não estava avançando. O Sr. Jorge - morador da Rua Vinhã, manifestou-se e declarou que sua situação é delicada e precisa daquele momento portanto pediu para que a reunião continuasse. O Sr. Reginaldo - morador da Rua Vinhã, manifestou-se e declarou que também precisa da continuidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

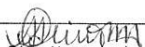
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN

Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte - UGP

Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

RELATO DA ATIVIDADE:

procurar pela Sra. Lúcia ou pelo Ministério Público, mas que primeiro queria ouvir as informações do Programa. Outros pontos comentaram sobre a dificuldade para sair do trabalho e outras situações. Assim, Leneição continuou a apresentação explicando as opções de atendimento para as famílias: individualização, reassentamento em residência do Programa, reassentamento coletivo. Ressaltou sobre a disponibilização do aluguel social e sobre o atendimento às famílias que vivem em situação de ocupação ou que são inquilinos de imóveis que serão afetados totalmente, os quais serão beneficiados pelo Programa. A coordenadora informou que a Prefeitura, através do Programa Lagoas do Norte, tem trabalhado no sentido que garanta a melhoria da qualidade de vida das famílias, sendo que serão afetados o mínimo de famílias. Afirmou que posterior mente todas as famílias serão convocadas para atendimentos sociais individualizados para que sejam prestados informações específicas de cada situação. Ao final a Sra. Lúcia convidou os presentes para audiência que ocorrerá dia 20.12.2016, pela manhã no Centro Paroquial. Leneição encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e as contribuições colocadas, a atividade foi concluída. Foi oferecido um lanche a todos. A reunião foi registrada por fotografias dos técnicos e alguns participantes, e também lista de presença.


Aline Teixeira Mascarenhas de A. Costa
Assistente Social - CRESS/PI 1020 22ª Região
UPS - Programa Lagoas do Norte

6. ATIVIDADE: Reunião comunitária

6.1 DATA: 15.05.2016

6.2 DESCRIÇÃO

As famílias foram convocadas antecipadamente através de visitas domiciliares por técnicos sociais da UPS. A atividade ocorreu no auditório do Centro de Convivência Saber Viver, onde foi apresentado o Projeto Executivo e a Poligonal e Afetação da obra de requalificação do Canal do Matadouro. Foi explicada às famílias acerca da metodologia de negociação para desapropriação e explanada as formas de atendimento. Após debate e esclarecimento de dúvidas sobre as intervenções da obra a atividade foi encerrada.

6.3 REGISTROS

6.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO



6.3.2 LISTA DE FREQUÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte – UGP
Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

6.3.3 RELATÓRIO DE REUNIÃO



Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN
Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte - UGP
Unidade de Projeto Socioambiental - UPS

RELATÓRIO DE REUNIÃO

LOCAL: Auditério do Centro de Convivência Saber Viver

DATA: 15.12.2016

RESPONSÁVEL: UPS-UGP - Lagoas do Norte

ASSUNTO: Apresentação do projeto executivo do Canal do Ilhéu do Algodão e das estratégias de atendimento às famílias.

PONTO(S) DE PAUTA:

Apresentação do projeto executivo do Canal do Ilhéu do Algodão e das estratégias de atendimento às famílias.

RELATO DA ATIVIDADE:

A reunião iniciou às 16:10h aproximadamente, com a apresentação do Projeto executivo e da poligonal de afetação da obra do Canal do Ilhéu do Algodão, realizada pelo arquiteto do Programa - Sebastião Ferraz. Os presentes foram informados sobre a proposta de intervenção, sendo que a explanação da perspectiva da concepção final foi realizada com diversos cliques de imagens em 3D, possibilitando o entendimento de como ficará a área após a regularização. Em seguida a coordenadora social do Programa - Conceição Ferreira apresentou os procedimentos já realizados, tais como reuniões comunitárias, visitas domiciliares, cadastramento sócioeconômico e imobiliário, e atendimentos sociais na UPS. Por fim sua fala, explicando as famílias acerca do acompanhamento social na ligação junto aqueles que serão afetados pela obra. Também foram apresentados os eixos do atendimento, bem como o processo de negociação que ocorrerá através da Comissão de Mediação do OAB-PI. Em seguida o Sr. Jorge fez uma fala esclarecendo sobre o posicionamento da Comissão de mediação. As famílias foram informadas sobre os procedimentos necessários para o início da obra, e que posteriormente serão convocados para atendimentos sociais individualizados na UPS. Os participantes indagaram sobre especificidades das afetações e foram respondidos que nesta reunião somente estavam famílias com previsão de afetação parcial, sem atingir as edificações conforme mostrado na poligonal de afetação. As famílias demonstraram satisfação com o projeto e fizeram distorções que surgiriam pela sua execução há muito tempo. Após o esclarecimento dos dúvidas, a reunião foi encerrada. Foi servido um lanche a todos. A atividade foi registrada por fotografias e lista de frequência. Quinn

7. ATIVIDADE: atendimentos sociais

7.1 DATA: Rotineiramente (demanda espontânea)

7.2 DESCRIÇÃO

Desde quando iniciaram as discussões sobre a intervenção do Canal do Matadouro, as famílias procuram a UPS para esclarecimento de dúvidas, indagações sobre o projeto ou mesmo para expor suas inquietações e angústias. O atendimento é realizado conforme a demanda espontânea da família e a equipe procura responder a comunidade com a devida responsabilidade e presteza. Os atendimentos são registrados no Livro de Atendimento Social da UPS.

7.3 REGISTROS

7.3.1 REGISTRO FOTOGRÁFICO

Plantão social na UPS em 07.10.2016.	11
Atendimento social ao Sr. Antonio Mendes e a Sra. Eliane, moradores da Rua Balsas, próximo ao Canal do Matadouro, vieram em busca de informações sobre a obra e a situação da obra. Disseram que estiveram na UPS em reunião com o engenheiro Falcão e ainda não aguardando respostas. Disseram que o projeto está pronto, entretanto ainda não podem construir as famílias, pois só podem prosseguir quando o Plano de Reassentamento for concluído, onde constarão as opções para as famílias. Eles entenderam a situação mas pediram urgência para informação pois estão muito ansiosos. Falamos que haverá reunião dia 10.10.2016 com a comunidade e, provavelmente, tenhamos definições.	
x Antonio Mendes Falcão	
x Eliane F. de Carvalho	
Aline Teixeira Mascarenhas de A. Costa Assistente Social - CRESS/PI 1000 221 Região UPS - Programa Lagoas do Norte	

07.11.2016 - Plantão social na UPS	
Atendimento social a Almedita Julia da Costa Silva, proprietária de imóvel alugado na Rua Balsas Nº 516, veio em busca de informações sobre a situação da obra em decorrência da obra do Canal do Matadouro. Foi informado que o projeto foi elaborado e agora a equipe está trabalhando na construção do Plano de Reassentamento, com a construção das alternativas que serão apresentadas na negociação. Tão logo esteja terminado, os proprietários de imóveis afetados (total ou parcial) serão chamados para processo de negociação.	
x Almedita Julia da Costa Silva 86 99827-0545	
Aline Teixeira Mascarenhas de A. Costa Assistente Social - CRESS/PI 1000 221 Região UPS - Programa Lagoas do Norte	

**ANEXO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA AVALIAÇÃO
DOS IMÓVEIS**

1. Metodologia Adotada

Junto ao levantamento socioeconômico, realizado em todas as residências na área de abrangência do projeto, foram vistoriados os itens determinados pela NBR 14653-2:2004. Esses itens caracterizam a região, o terreno, as edificações e benfeitorias, estes utilizados para caracterizar o imóvel adequadamente, podendo assim avaliá-lo com maior precisão.

Para adequada avaliação dos imóveis a metodologia utilizada foi o método evolutivo, conforme preconizado na NBR 14653-1:2001, onde se obtém o valor somatório de todos os valores do imóvel. Como o objetivo é obter o valor de mercado, também deve ser levantado o fator de comercialização que correlaciona o somatório de todos os valores, com o valor atual de mercado.

A composição total do imóvel avaliado se dá pelo valor do terreno somado ao valor das benfeitorias, depreciadas, multiplicados por um fator de comercialização, ou seja:

$$VI = (VT + VB + VG).FC$$

Onde:

VI é o valor de imóvel;

VT é o valor do terreno;

VB é o valor da benfeitoria;

VG é o valor do galpão;

FC é o fator de comercialização.

Para o fator benfeitoria, o cálculo considera sempre 100% do seu valor. Além disso, em se tratando de imóvel de uso misto (residencial e comercial), acrescenta-se mais 50% do valor do padrão construtivo aplicado àquela área com este uso.

Caso a família não disponha de comprovante de titularidade sobre a propriedade, então se deprecia 30% do valor do terreno afetado.

A benfeitoria teve seu custo levantado pelo método comparativo direto de custo, devido à grande quantidade de imóveis tornando quase impossível o levantamento individual de cada imóvel. Neste método foram definidos cinco padrões representativos para a região de moradia, sendo o normal, normal baixo, baixo, mínimo e abaixo do mínimo.

Para cada tipo foram projetados padrões de residências e estas orçadas de acordo com valores SINAPI de março de 2015 gerando um valor médio por m² para cada tipo, posteriormente a área de cada residência levantada é multiplicada por esse valor médio gerando o VB. Ainda para complementar o valor da casa foram consideradas nos levantamentos individuais benfeitorias como portões, muros e banheiros, dependendo do tipo do imóvel.

O fator de comercialização é definido baseando-se em amostragem para definir o valor do imóvel (VI), pelo método citado calculamos o valor do terreno e valor da benfeitoria, podendo assim calcular o FC. O fator de depreciação utilizado para cálculo do FC foi considerado nulo, ou seja, igual a 1 (um), pois o edital veta levar em conta a depreciação do imóvel. O fator de comercialização relaciona o valor teórico do imóvel, calculado de acordo com sua tipologia e área construída, com o seu valor efetivo no mercado atual, assim aproximando o valor estimado, considerando o tamanho do imóvel e a realidade mercadológica da região.

Por recomendação da PMT, para imóveis cujo valor de avaliação obtido foi inferior a R\$ 2.544,50, o valor considerado foi justamente esse (R\$ 2.544,50) – adotando-o como piso mínimo de avaliação – uma vez que este é o valor de referência da prefeitura para reconstrução emergencial de imóveis com tipologia de taipa.

1.1 Grau de Fundamentação

A precisão da avaliação do imóvel será estabelecida quando for possível medir o grau de certeza e o nível de erro tolerável numa avaliação. Os graus de fundamentação e de precisão das avaliações serão definidos da seguinte forma: Durante a avaliação do grau de fundamentação o atendimento a cada item do grau I terá um ponto; do grau II, dois pontos; e do grau III, três pontos. Sendo grau I de menor precisão e o grau III de maior.

O grau de fundamentação do levantamento de custo da benfeitoria (VB), de acordo com a tabela 7 da NBR 14653-2:2004 é dividido em três itens: a estimativa de custo direto, BDI e depreciação física. Conforme metodologia descrita na norma, temos as seguintes classificações:

- Estimativa de custo direto, se enquadra no grau III definido pela norma como: Pela elaboração de orçamento, no mínimo sintético;
- BDI se enquadra no grau III definido pela norma como: Calculado;

- Depreciação física se enquadra no grau II definido pela norma como: Calculada por métodos técnicos consagrados, considerando-se idade, vida útil e estado de conservação.

Para obter o enquadramento global do laudo deve-se considerar a soma dos pontos obtidos e enquadrar na tabela 8 da NBR 14653-2:2004. Neste caso temos a somatório de oito pontos atingindo um grau III no método da quantificação de custo, conforme a norma.

Na tabela 11 da NBR 14653-2:2004, podemos classificar o grau de fundamentação do valor do terreno (VT) e do fator de comercialização (FC). Conforme metodologia descrita na norma, temos as seguintes classificações:

- Valor do terreno se enquadra no grau II;
- Estimativa dos custos de reedição se enquadra no grau III: Grau II de fundamentação no método da quantificação de custo;
- Fator de comercialização se enquadra no grau III: Inferido em mercado semelhante.

Para obter o grau de fundamentação global do método evolutivo utilizado, subsidiado pelo grau dos itens que os compõe, cruzamos o somatório de oito pontos obtido na tabela 12 da NBR 14653-2:2004. Neste caso temos a somatório de oito pontos atingindo um grau III no método evolutivo, conforme a norma.

1.2 Padrão Construtivo

Para definir o padrão construtivo de cada residência, foram definidos as seguintes categorias e respectivos conteúdos obrigatórios, quais sejam: Normal, Normal/Baixo, Baixo, Mínimo e Abaixo do Mínimo, conforme apresentado

Quadro 2: Padrão construtivo dos Imóveis

Padrão Construtivo	Laje de Forro	Revestimento Cerâmico	Revestimento Chapisco, Reboco e Pintura	Alvenaria
Normal	Sim	Sim	Sim	Sim
Normal/Baixo	Não	Sim	Sim	Sim
Baixo	Não	Não	Sim	Sim
Mínimo	Não	Não	Não	Sim
Abaixo do Mínimo	Não	Não	Não	Não

1.3 Resultados

1.3.1 Valor do Terreno

A origem do valor unitário dos terrenos é a aplicação da metodologia nos elementos da Pesquisa de Mercado, a qual foi realizada levando em consideração o planejamento para os serviços de campo, cuja Metodologia foi apresentada e aprovada pela UGP.

Essa Pesquisa foi executada diretamente pela Equipe Técnica do Consórcio Teresina Sustentável, contando com o acompanhamento de membros da Equipe da Unidade UPS da Prefeitura Municipal de Teresina.

O valor do terreno foi estimado, utilizando pesquisa de mercado comentada, a qual nos trouxe o valor global do imóvel, terreno e construção, e suas respectivas áreas. Do valor de mercado do imóvel, foi descontado o valor da construção, utilizando o valor por m² estimado, conforme apresentado em Relatórios do PRI, do valor descontado foi considerado o valor do terreno e dividido pela área. Conforme formula:

$$\overline{Vt} = \frac{Vt}{At} = \frac{Vp - Vc}{At} = \frac{Vp - (Ac * Vm2)}{At}$$

onde:

$\overline{Vt}$ = Valor do Terreno por m²

Vt = Valor do Terreno

At = Área do Terreno

Vp = Valor do Imóvel na Pesquisa

Vi = Valor da Construção

Ac = Área Construída

$Vm2$ = Valor Médio da Área Construída por m²

Resultando em:

Tabela 3: Valor do Terreno por m²

Endereço	Padrão	Localidade	Área Terreno	Área Construção	VI Unit. Construção	Valor de Venda	Valor da Construção	R\$/m² Terreno	R\$/m² Terreno
Rua Alto Longá,6671	NB	Cachorros	600,00	100,00	832,74	90.000,00	83.273,92	11,21	11,21
Avenida Barão de Campo Maior,1834	M	Campo Maior	96,82	71,32	280,51	35.000,00	20.005,71	154,87	154,87
Avenida Barão de Campo Maior,1818	M	Campo Maior	56,96	50,98	280,51	15.000,00	14.300,21	12,29	12,29
Rua Domingos Jorge Velho, 5890	N	Cerâmica Poty	200,00	110,00	885,03	130.000,00	97.353,24	163,23	163,23
Av. João Isidoro França,6096	B	Cerâmica Poty	247,20	128,89	584,46	160.000,00	75.331,32	342,51	342,51
Rua Rui Barbosa, 4908	NB	Jacaré	200,00	75,00	832,74	80.000,00	62.455,44	87,72	87,72
Rua Santa Helena, s/n	só terreno	Jacaré	245,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	102,04	102,04
Rua Técnico Joaquim Soares, 6022	NB	Jacaré	150,00	140,00	832,74	120.000,00	116.583,49	22,78	22,78
Rua Minas Gerais, 534	N	Matadouro	300,00	410,00	885,03	480.000,00	362.862,09	390,46	390,46
Rua Minas Gerais, 391	NB	Matadouro	250,00	144,00	832,74	250.000,00	119.914,45	520,34	520,34
Rua Minas Gerais, 510	N	Matadouro	250,00	181,00	885,03	290.000,00	160.190,34	519,24	519,24
Rua Minas Gerais, 839	NB	Matadouro	250,00	142,00	832,74	150.000,00	118.248,97	127,00	127,00
Rua Minas Gerais, nº 215	NB	Matadouro	110,00	90,00	832,74	80.000,00	74.946,53	45,94	45,94
Rua Bissal, 8213. Quadra B, Casa 32	B	Mocambinho	190,00	70,00	584,46	85.000,00	40.912,34	232,04	232,04
Rua Bissal, 8003. Quadra A, Casa 28	B	Mocambinho	160,00	72,00	584,46	70.000,00	42.081,27	174,49	174,49
Rua 8,3521	B	Mocambinho	98,00	60,00	584,46	45.000,00	35.067,72	101,35	101,35
Rua 8,2537	B	Mocambinho	128,00	65,00	584,46	45.000,00	37.990,03	54,77	54,77
Av. Boa Esperança, 5740	M	Oleiros	90,00	45,00	280,51	20.000,00	12.622,79	81,97	81,97
Rua Manuel de Aguiar Filho, 602	B	Oleiros	75,00	70,00	584,46	53.000,00	40.912,34	161,17	161,17
Rua Manuel de Aguiar Filho, 602	B	Oleiros	75,00	70,00	584,46	53.000,00	40.912,34	161,17	161,17
Rua Manuel de Aguiar Filho, 1009	B	Oleiros	180,00	100,00	584,46	80.000,00	58.446,21	119,74	119,74
Avenida Barão de Campo Maior,2790	M	Pantanal	79,50	68,22	280,51	25.000,00	19.136,14	73,76	73,76
Rua João Henrique Rabelo	B	Pantanal	90,00	60,00	584,46	60.000,00	35.067,72	277,03	277,03
Rua Santa Helena, 1044	M	São Joaquim	399,00	100,00	280,51	70.000,00	28.050,64	105,14	105,14
Av. Cleanto Jales de Carvalho	N	Mocambinho	200,00	200,00	885,03	230.000,00	177.005,90	264,97	264,97
Média									172,29

1.3.1.1 Valor do Metro Quadrado do Imóvel

O valor da benfeitoria (edificação, muro, portão, banheiro externo) foi calculado de acordo com a área e tipo da construção. O resumo dos valores unitários levantados foi de acordo com a metodologia apresentada, o projeto e orçamento detalhado das edificações padrão estão anexos.

Tabela 4: Resumo dos Preços Unitários

Resumo		
Padrão	Código	Custo Un. (R\$/m2)
Normal	N	885,03
Normal/baixo	Nb	832,74
Baixo	B	584,46
Mínimo	M	280,51
Abaixo do mínimo	Mt	16,29
Muro	-	67,06
Portão metálico	-	147,89
Galpão	-	588,91

1.3.1.2 Fator de Comercialização

O fator de comercialização teve seu cálculo baseado em pesquisa de mercado. Do dia 01 ao dia 15 de setembro de 2015 e, complementarmente, durante a segunda quinzena do mês de outubro de 2016 foram analisados os preços de imóveis à venda na região de intervenção e comparados com o valor calculado pela metodologia do presente estudo, levando em conta as suas dimensões e o padrão construtivo, sendo assim possível estimar um fator de comercialização médio da região. O cálculo está demonstrado abaixo:

Tabela 5: Fator de comercialização médio

[illegible]

2. CÁLCULO DO VALOR DOS IMÓVEIS

Selo	Padrão Construtivo	Uso	Tipo de Intervenção	Área do Terreno	Valor m2 do Terreno	Valor do Terreno	Área Comercial	Valor m2 da Área Comercial	Valor da Área Comercial	Área de Muro	Valor m2 do Muro	Valor do Muro	Área de Portão	Valor m2 do Portão	Valor do Portão	Valor de Muro + Portão	Área Construída	Valor m² da Área Construída	Valor da Área Construída	Valor do Imóvel
PEIM001	Abaixo do Mínimo	Residencial	Desapr. Total	47,21	120,60	5.693,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47,21	16,29	768,82	8.155,84
PEIM002	Normal	Residencial	Desapr. Total	56,26	120,60	6.785,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,26	885,03	49.791,76	71.404,24
PEIM003	Normal	Residencial	Desapr. Total	196,24	120,60	23.666,98	-	-	-	19,47	67,06	1.305,66	-	-	-	1.305,66	81,49	885,03	72.117,39	122.534,94
PEIM004	Normal	Misto	Desapr. Total	142,05	172,29	24.474,06	48,86	442,51	21.621,27	21,56	67,06	1.445,82	-	-	-	1.445,82	106,70	885,03	94.431,46	179.180,12
PEIM005	Normal/Baixo	Misto	Desapr. Total	156,10	120,60	18.825,90	10,60	416,37	4.413,52	-	-	-	-	-	-	-	77,00	832,74	64.120,91	110.255,31
PEIM006	Normal	Misto	Desapr. Total	157,65	172,29	27.160,91	43,50	442,51	19.249,39	51,08	67,06	3.425,10	-	-	-	3.425,10	123,76	885,03	109.534,67	201.137,04
PEIM007	Normal/Baixo	Residencial	Desapr. Total	108,91	172,29	18.763,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48,52	832,74	40.406,59	74.677,31
PEIM008	Normal	Residencial	Desapr. Total	139,27	172,29	23.995,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72,13	885,03	63.839,39	110.853,92
PEIM009	Normal	Residencial	Desapr. Total	224,09	172,29	38.607,78	-	-	-	51,19	67,06	3.432,64	-	-	-	3.432,64	94,07	885,03	83.250,30	158.126,34
PEIM010	Abaixo do Mínimo	Residencial	Desapr. Total	33,46	120,60	4.035,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,46	16,29	2.544,93	5.780,75
PEIM011	Normal/Baixo	Residencial	Desapr. Total	271,10	172,29	46.706,81	-	-	-	66,00	67,06	4.425,97	5,30	147,89	783,82	5.209,79	71,60	832,74	59.619,97	140.767,55
PEIM3000	Mínimo	Residencial	Desapr. Total	169,89	172,29	29.269,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48,11	280,51	13.494,37	53.971,51
PEIMI004	Normal	Residencial	Desapr. Total	149,84	172,29	25.815,11	-	-	-	21,56	67,06	1.445,82	-	-	-	1.445,82	58,13	885,03	51.449,05	99.337,92
PERP001	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	147,42	120,60	17.779,18	-	-	-	39,71	67,06	2.662,96	6,36	147,89	940,58	3.603,54	63,53	885,03	56.228,14	97.950,75
PERP003	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	1.079,70	172,29	186.020,70	-	-	-	200,00	67,06	13.412,03	7,70	147,89	1.138,75	14.550,78	334,44	885,03	295.989,11	626.696,88
PERP004	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	500,20	172,29	86.178,23	-	-	-	200,00	67,06	13.412,03	6,36	147,89	940,58	14.352,61	137,99	885,03	122.123,90	281.007,05
PERP005	Normal	Em construção	Desapr. Parcial	590,88	172,29	101.801,94	-	-	-	200,00	67,06	13.412,03	6,36	147,89	940,58	14.352,61	101,75	885,03	90.053,68	260.250,31
PERP007	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	325,99	172,29	56.165,10	-	-	-	74,63	67,06	5.004,36	1,89	147,89	279,51	5.283,87	110,20	885,03	97.531,05	200.644,78
PERP008	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	250,75	120,60	30.241,48	-	-	-	59,55	67,06	3.993,43	-	-	-	3.993,43	62,18	885,03	55.028,16	112.656,73
PERP009	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	506,69	172,29	87.296,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87,88	885,03	77.775,26	208.332,68
PERP012	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	516,25	172,29	88.944,08	-	-	-	125,00	67,06	8.382,52	-	-	-	8.382,52	75,29	885,03	66.629,45	206.924,88

Selo	Padrão Construtivo	Uso	Tipo de Intervenção	Área do Terreno	Valor m2 do Terreno	Valor do Terreno	Área Comercial	Valor m2 da Área Comercial	Valor da Área Comercial	Área de Muro	Valor m2 do Muro	Valor do Muro	Área de Portão	Valor m2 do Portão	Valor do Portão	Valor de Muro + Portão	Área Construída	Valor m² da Área Construída	Valor da Área Construída	Valor do Imóvel
PERP013	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	1.531,14	120,60	184.658,88	-	-	-	152,10	67,06	10.199,85	-	-	-	10.199,85	41,07	885,03	36.348,16	291.800,51
PERP017	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	279,45	120,60	33.702,29	-	-	-	38,33	67,06	2.570,08	-	-	-	2.570,08	102,12	885,03	90.379,21	159.843,84
PERP018	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	288,16	172,29	49.646,76	-	-	-	71,75	67,06	4.811,56	7,14	147,89	1.055,93	5.867,50	126,70	885,03	112.135,04	211.586,06
PERP021	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	237,00	120,60	28.583,03	-	-	-	58,38	67,06	3.914,64	6,30	147,89	931,71	4.846,34	102,41	885,03	90.635,87	156.579,68
PERP022	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	130,81	172,29	22.536,68	-	-	-	73,35	67,06	4.918,86	1,89	147,89	279,51	5.198,37	56,17	885,03	49.712,11	97.744,15
PERP024	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	236,91	120,60	28.571,36	-	-	-	59,88	67,06	4.015,23	1,89	147,89	279,51	4.294,74	71,20	885,03	63.014,10	121.008,03
PERP030	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	273,75	120,60	33.015,16	-	-	-	68,04	67,06	4.562,77	6,30	147,89	931,71	5.494,48	82,47	885,03	72.989,20	140.719,93
PERP034	Normal	Misto	Desapr. Parcial	144,28	120,60	17.400,79	22,17	442,51	9.810,55	61,13	67,06	4.099,05	2,10	147,89	310,57	4.409,62	103,13	885,03	91.273,09	155.101,56
PERP035	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	380,37	120,60	45.873,58	-	-	-	48,38	67,06	3.244,03	6,30	147,89	931,71	4.175,74	61,72	885,03	54.622,63	132.103,89
PERP036	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	787,15	172,29	135.617,27	-	-	-	252,18	67,06	16.910,89	-	-	-	16.910,89	41,40	885,03	36.640,22	238.744,75
PERP037	Normal	Residencial	Desapr. Parcial	2.810,44	120,60	338.945,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	231,52	885,03	204.902,03	686.376,70
PERP038	Normal	Sem Uso	Desapr. Parcial	471,25	172,29	81.191,14	-	-	-	175,00	67,06	11.735,52	-	-	-	11.735,52	-	885,03	-	117.280,45
PERP039	Normal	Sem Uso	Desapr. Parcial	814,88	172,29	140.393,90	-	-	-	139,13	67,06	9.329,74	6,30	147,89	931,71	10.261,45	-	885,03	-	190.138,41

ANEXO III – RELAÇÃO DAS FAMÍLIAS E IMÓVEIS CADASTRADOS

Número de Imóveis	Imóvel	Endereço	Número de Famílias Afetadas	Nome	Domínio	Padrão Construtivo	Tipo de Desapropriação (Total/Parcial)
1	PEIM001	Rua Uiraúna, S/N	1	Maria Do Socorro Costa	Posseira	Taipa	Total
2	PEIM002	Rua Uiraúna, 577	2	Valdirene Vieira de Sousa	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
			3	Francisco Carlos Carvalho Lira Júnior	Coabitação		
			4	Rafael da Silva Cunha	Coabitação		
3	PEIM003	Rua Uiraúna, S/N	5		Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
			6	Jorge Ferreira De Sousa	Inquilino		
4	PEIM004	Rua Balsas, 561	7	Antonio Mendes Frazão	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
5	PEIM005	Rua Balsas, 555	8	Maria Mendes Frazão Da Cruz	Proprietária	Alvenaria com revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
			9	Ruan Manuel	Coabitação		
			10	Ludimar Pereira da Cruz	Coabitação		
6	PEIM006	Rua Balsas, 552	11	Maria José Da Silva Alves	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
			12	Neilimar do Nascimento Santos	Inquilino		
7	PEIM007	Rua Balsas, 560	13	Ana Maria Dos Santos	Proprietária	Alvenaria com revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
8	PEIM08	Rua Antônio Pedro, 507	14	Soraia Da Silva Vieira	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
9	PEIM09	Rua Antônio Pedro, 517	15	Valéria Da Cunha Valadão	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
10	PEIM10	Rua Fotografo Louro, S/N	16	Gisele De Oliveira Costa Brito	Posseira	Taipa	Total
11	PEIM11	Rua Uiraúna, 694	17	Jeferson Alves Dos Santos	Proprietário	Alvenaria com revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
12	PEIM3000	Rua Fotografo Louro	18	Edileusa Francisca de Oliveira	Proprietária	Alvenaria	Total
13	PEIMII004	Rua Balsas, 561	19	Grigório Mendes Frazão	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Total
14	PERP001	Rua Uiraúna, 570	20	Reginaldo Ferreira Martins	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
			21	Jéssica Márcia Alves dos Santos	Inquilina		-
15	PERP003	Rua Fiscal José De Castro, 3314	22	Reginaldo Ferreira Martins	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial

Número de Imóveis	Imóvel	Endereço	Número de Famílias Afetadas	Nome	Domínio	Padrão Construtivo	Tipo de Desapropriação (Total/Parcial)
16	PERP004	Rua Fiscal José De Castro, 390	23	Reginaldo Ferreira Martins	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
17	PERP005	Rua Fiscal José De Castro, 3284	24	Reginaldo Ferreira Martins	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
18	PERP007	Rua Fiscal José De Castro, 3270	25	Carlos Alberto Cruz	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
19	PERP008	Rua Fiscal José De Castro, 3660	26	Leonísia Mourão Freitas	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
			27	Valéria Rosária Lopes Batista	Inquilina	-	-
20	PERP009	Rua Tucumã, 3437	28	Antônio Jorge Do Nascimento	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
21	PERP012	Rua Tucumã, 3350	29	Maria Regina Alexandre Da Silva Sousa	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
22	PERP013	Rua Tucumã, 3395	30	João Claudino	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
			31	Elzanir Cabral Da Costa	Cedida		
23	PERP017	Rua Jambo, 530	32	Lindalva Rosa Da Silva Costa	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
24	PERP018	Rua Antônio Pedro, 499	33	Francisca Das Chagas Silva	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
25	PERP021	Rua Antônio Pedro, 531	34	Maria Do Carmo Lima	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
26	PERP022	Rua Antônio Pedro, 541	35	Francilene Vieira Da Silva	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
27	PERP024	Rua Fotógrafo Louro, 522	36	Terezinha De Jesus Silva	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
28	PERP030	Rua Cíntia Portela, 3172	37	Denilson Bandeira Soares	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
29	PERP034	Rua Balsas, 546	38	-	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
			39	Eliane Ferreira De Carvalho	Inquilina		
30	PERP035	Rua Fotógrafo Louro, 527	40	João Claudinho	Proprietário	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
			41	Judite Galeno do Nascimento Passos	Cedida		
31	PERP036	Rua Fiscal José De Castro, 3400	42	Maria Da Cruz Silva Santos	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
32	PERP037	Rua Uiraúna C/ R. Fiscal José de Castro, 3380	43	Fernanda Alves De Alencar	Proprietária	Alvenaria com laje de forro, revestimento cerâmico, reboco e pintura	Parcial
33	PERP038	Rua Tucumã C/ Rua São Felix	44	Não Especificado		Normal	Parcial
34	PERP039	Rua Uiraúna, S/N	45	Não Especificado		Normal	Parcial

**ANEXO IV – APRESENTAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO
PROGRAMA LAGOAS DO NORTE**

Conceito Urbanístico e Paisagístico

Para os Projetos dos Loteamentos foram observadas as seguintes legislações, bem como outras que se façam pertinentes:

- Lei nº3.561 de 20 de outubro de 2006 – Parcelamento do Solo Urbano de Teresina;
- Lei nº3.562 de 20 de outubro de 2006 – Ocupação do Solo Urbano de Teresina;
- Portaria nº168 de 12 de abril de 2013 – FAR – Programa Minha Casa Minha Vida;
- Portaria nº518 de 08 de novembro de 2013 – FAR – Programa Minha Casa Minha Vida;
- Lei nº11.977 de 07 de julho de 2009 – Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV;
- Lei nº12.651 de 25 de maio de 2012 – Novo Código Florestal;
- ABNT NBR 9050/2004 – Norma de Acessibilidade;
- Decreto de Lei nº 5.296/2004 – Acessibilidade.

O conceito dos loteamentos para o Programa Lagoas do Norte – etapa 2 nasce primeiramente da necessidade de requalificação urbana das áreas de APP das Lagoas, que se encontram atualmente colapsadas pelas construções irregulares, existentes não só em suas margens, mas em muitos locais, exatamente dentro das áreas de lagoas, já que a cada época de estiagem a população local possui o hábito de aterrar parte do perímetro das lagoas para aumento de seus lotes, ou implantação de novas moradias.

Em sua maioria se tratam de famílias em situação de vulnerabilidade social, expostas a precárias situações de habitabilidade, salubridade e segurança. Ressalta-se que no âmbito da segurança pública, estudos comprovam os impactos positivos da arquitetura e urbanização de favelas como instrumento à inclusão social.

A leitura dos hábitos da população residente no entorno das lagoas também foi ponto importantíssimo para definição das tipologias adotadas, bem como para a distribuição que seria feita em cada uma das áreas disponíveis. O olhar de projeto esteve sempre focado, em conjunto com a Consorciada, técnicos da UGP, UPS e Banco Mundial, para que não fossem totalmente desconsiderados os costumes diários da população.

As Tipologias Adotadas – Projeto Arquitetônico

Os Loteamentos a serem executados para o Programa Lagoas do Norte, com recursos do FAR, junto ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tiveram suas tipologias habitacionais definidas respeitando-se os hábitos de moradia das famílias da região norte de Teresina, que em sua maioria possuem a preferência por unidades habitacionais com lotes individualizados.

Para atendimento a essa demanda, foram utilizados os Cadernos CAIXA para Projetos Padrão – Casas Populares / 45m², com sala, cozinha, área de serviço coberta, banheiro e 02 dormitórios, sendo padrão de acabamento básico, com piso cerâmico,

alvenaria com revestimento interno e externo, pintura e telha cerâmica. Para essas habitações também serão entregues Cartilhas com Normas e Projetos de Ampliação dessas Casas, para o caso ampliação de 01 dormitório ou a construção de 01 suíte.

Como existe alto déficit habitacional e baixa disponibilidade por lotes na área urbana de Teresina, houve a necessidade de implantação de conjuntos habitacionais, com no máximo 04 pavimentos, sendo, portanto, projetados Blocos de Edifícios em alvenaria estrutural com acabamento interno e externo, com unidades individuais de área igual a 44,50m², estando dividida em sala, cozinha, área de serviço, banheiro e 02 dormitórios, sendo acabamento em piso cerâmico e telha metálica.

Todas as edificações promovem acessibilidade universal tanto nas áreas externas, a exemplo de local para possibilidade de instalação do elevador, bem como nas áreas internas no que diz respeito a espaços de movimentação, aproximação, transferência e rotação da cadeira de rodas, inclusive para as unidades sanitárias, conforme ABNT NBR 9050/2004, e decreto de lei 5.296/2004 para acessibilidade.

Também foram projetadas unidades habitacionais com comércio, ou seja, lotes mistos, ou no caso da Lagoa da Draga, salas comerciais em área exclusiva para comércio e serviços, respeitando-se a característica local já existente.

Tipologias:

- Casa – 45,00m² em lote de terreno 10x20m;
- Casa com comércio – 75,00m² em lotes de terreno variando de 10x25m a 10x30m;
- Edifício 3 ou 4 pavimentos – Apartamento 44,50m²;
- Salas Comerciais – 30,00m²

É válido ressaltar que nos casos em que as famílias tiverem interesse em ampliar a área construída das casas (com recursos próprios), será disponibilizada pelo Programa Lagoas do Norte, uma planta com ampliação de um dormitório (60m²), e uma com ampliação de uma suíte (68m²).

Loteamento L02 (Loteamento Parque Brasil)

Na Fase 1 do PLN foi construído o Residencial Zilda Arns (L01) para o reassentamento das famílias, no caso do Canal Matadouro o residencial ofertado será o Loteamento Parque Brasil (L02).

O loteamento será implantado a aproximadamente 4,00 Km da região do Programa Lagoas do Norte, situado no Bairro Santa Rosa, possui área de 252.833,85 m² e receberá 1.022 famílias (Figura 4). A distribuição dessas famílias e áreas de apoio se dará da seguinte forma:

- 350 Lotes individuais (57,68%) – 258 residenciais e 92 residencial/comercial;
- 672 Apartamentos – 54 blocos – 48 un. 3pavtos e 06 un. 04 pavtos
- Áreas Verdes (10,6%) – 26.805,17m²;
- Áreas Institucionais (5,23%) – 13.229,07m²;
- Sistema Viário (25,86%) – 65.372,91m²
- ETE;

- Reservatório de Água.



Figura 4: Mapas de Implantação do Loteamento Parque Brasil.

Os critérios de projeto para o desenho do Loteamento Lagoas do Norte foram baseados na diversidade de usos urbanos, atendendo a 4 diferentes funções, que viessem a garantir a presença de pessoas em horários diferentes nas ruas e por motivos diferentes, em lugares diferentes.

Sendo assim, os usos combinados foram:

- Moradia;
- Comércio;
- Educação e;
- Lazer.

Outro fator muito importante projetado para promover a diversidade de usos no bairro, está relacionado com o tamanho das quadras, que foram distribuídas de modo a possuírem no máximo 200m, conforme determina a Lei Complementar nº 3.561 de Parcelamento do Solo do Município de Teresina, no capítulo IX DOS CRITÉRIOS PARA PARCELAMENTO DO SOLO, Art. 60. Essa é uma das condições a promoverem as oportunidades para que um maior número de moradores do bairro esteja circulando por ele, o que torna as ruas mais seguras.

Logo a entrada do Loteamento, o Parque com área de 9.592,19m² e Lago para receber as águas no ponto mais baixo do terreno, possui também a função de trazer um pouco dos Parques do Programa Lagoas do Norte para toda a região do entorno, ou seja, é um parque aberto as comunidades locais. Além da proposta de área bem

arborizada, haverá espaço para Quiosques com Feira Livre, possibilitando também o comércio local.



Figura 5: Proposta para o Parque – Referência ao parque Lagoas do Norte, Etapa 1.

Como forma de integração com o Parque, foi projetada rua compartilhada, bem como lotes mistos (residencial/comercial) e pequenas áreas de lazer nas Quadras A e B, que se abrem para a panorâmica do loteamento.



Figura 6: Via Compartilhada entre pedestres, ciclistas e carros de serviço – usos ao TrafficCalming.

Como acesso principal ao Loteamento, foi projetada Via Arterial com Seção de 30m, como possível eixo de ligação entre a Rua Boquim e a Av. Poti Velho, que será importante corredor do transporte coletivo para as comunidades, como também Via Coletora de acordo com o Plano Diretor do Município.

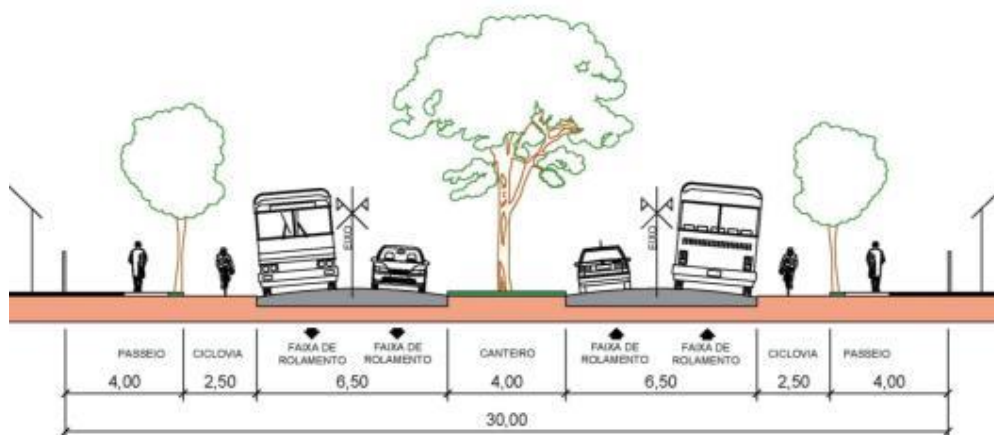


Figura 7: Via Coletora no Loteamento Lagoas do Norte – Acesso à linha de Ônibus.

A via que dá acesso ao bairro transversalmente, com seção de 15m (2,50+2,50+7,50+2,50) recebe projeto de faixa exclusiva para ciclistas no seu lado oeste e funciona como via de interligação entre bairros.

As demais vias, chamadas de Vias Secundárias, possuem seção de 12m (2,5+7+2,5) e fluxo de veículos em mão dupla ou mão única.

Outro ponto norteador do Projeto são as Quadras L e P que funcionam como marcos referenciais para a implantação das Áreas Institucionais, a exemplo da Escola, Creche, Centro Comunitário e também para a Lavanderia Comunitária, facilitando o acesso à região, bem como melhor reconhecimento dessas áreas dentro do Loteamento para as comunidades vizinhas.

Ao longo de todo o Loteamento são distribuídos Lotes Multifamiliares, Lotes Residencial/Comercial (de usos mistos) e Lotes Residenciais (uso individual). Os lotes residenciais foram projetados com dimensão mínima de 10x20m, e os lotes mistos acima de 10x20m, sendo os lotes multifamiliares formados por condomínios individuais, todos com 1 vaga de garagem por apartamento.

Ao longo do Loteamento Lagoas do Norte, também foram projetadas, além do Parque que abre o bairro, mais outras 4 Áreas Verdes de Lazer, que recebem acabamento mais rústico e calçada para rota de caminhadas.

Loteamento L03 (Lagoa da Draga/ Residencial Lagoas do Norte)

Localizado dentro da área 2 do Programa Lagoas do Norte, no Bairro Mafrense, a área para implantação do Loteamento Lagoa da Draga possui 48.950,00m² (Figura 8).



Figura 8: Loteamento Lagoa da Draga / Residencial Lagoas do Norte.

Para o Loteamento da Lagoa da Draga, que será possível a partir do aterramento da Lagoa da Draga, que se trata de uma cava para extração da argila, segundo Projeto da UGP/PMT, é previsto o reassentamento para 334 famílias, sendo a distribuição do lote desenhada da seguinte forma:

- Edificações Multifamiliares – apartamentos de 45 m²;
 - Lotes Multifamiliares – 03 edifícios de 3 pavimentos e 19 edifícios de 4 pavimentos;
- Edificação Unifamiliares – casas de 45 m²
 - Lotes residencial/comercial (uso misto) – 06 unidades de residência mista (15x20 metros);
- Creche padrão tipo B/2013 – atendimento a 224 crianças em 2 turnos;
- Áreas Verdes (10,7%) – 5.248,00m²;
- Áreas Institucionais (7,5%) – 3.676,00m²;
- Áreas Sistema Viário (20%) – 9.799,00m²;
- Uso Comercial (5%) – 2.655,00 m²;
- Rede Pública de Água e Esgoto.

O Loteamento foi proposto para atender à demanda de famílias passíveis de reassentamento, relocando-as no mesmo território, bem como a carência de áreas disponíveis na região. Por esses motivos se objetiva a reconformação topográfica desse local, com projeto de unidades multifamiliares de 03 e 04 pavimentos, salas comerciais, área institucional e área verde.

A localização centralizada dentro do Programa, bem como fácil acesso a vias importantes da cidade, como o caso da Alameda Mestre João Isidoro França, Rua Técnico Joaquim Soares e Rua Rui Barbosa, consolidam unidades de maior densidade populacional da região. As unidades de lojas comerciais, com previsão de aproximadamente 30,00 m² e voltadas para a Rua Técnico Joaquim Soares, são uma referência ao comércio local e continuidade ao corredor de serviços também existente na Alameda Mestre João Isidoro França.

Loteamento L04 (Boa Esperança/Lagoa dos Oleiros)

Localizado dentro da área 2 do Programa Lagoas do Norte, no Bairro Olarias, a área para implantação deste loteamento possui 34.225,00m² (24.655,00m² Lotes + 9.570,00m² sistema viário), sendo distribuído em 5 quadras para implantação de condomínios individuais.



Figura 9: Mapa de Localização – Loteamento Lagoa dos Oleiros

Como melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem hoje em um local de paisagem tão diferenciada no que diz respeito às proximidades com o Rio Parnaíba, com a região das hortas comunitárias e com a própria Lagoa dos Oleiros, definiu-se uma área de 34.225,00m² para reassentar as famílias que hoje vivem nas áreas adjacentes. As principais características deste loteamento são (Figura 10):

- Área dos Loteamentos – 24.655,00m²
- Famílias beneficiadas – 324 famílias
- 27 Blocos residenciais 3pavtos;
- Área Total (Loteamentos + Viário) – 34.225,00m²
- Rede Pública de Água e Esgoto.



Figura 10: Mapas de Situação do Loteamento Lagoa dos Oleiros – Visão Geral.



Figura 11: Mapas de Situação do Loteamento Lagoa dos Oleiros – Visão Ampliada.

Para o conceito de desenho do Loteamento da Lagoa dos Oleiros definiram-se Unidades Multifamiliares de 03 pavimentos em lotes individuais, onde cada família receberá 01 apartamento de 44,50m², composto por sala, cozinha, área de serviço, banheiro e 2 quartos, sendo que todos os ambientes permitem acessibilidade para cadeirantes. O Projeto também possibilita a futura instalação de elevador no prédio, o que permite a acessibilidade em todos os andares. Cada unidade habitacional terá direito a 01 vaga de estacionamento.

Os Loteamentos foram distribuídos em 05 Quadras, sendo que todos possuem o próprio Parque da Lagoa dos Oleiros como uma extensão dos seus quintais, sendo possível o acesso a áreas de brinquedos, ginástica, esporte, caminhadas, ciclovias, jardins e a contemplação da paisagem junto a Lagoa, apenas atravessando uma rua, na qual foi projetada com conceitos ao uso principal por pedestres.

As Quadras de Loteamentos estão divididas da seguinte forma, sendo esses numerados de Norte a Sul:

LOTEAMENTO	ÁREA
L.01	8.680m ²
L.02	3.514m ²
L.03	4.704m ²
L.04	2.890m ²
L.05	4.867m ²

As vias de entorno receberam leito carroçável com 7,00m de largura, sendo a pavimentação em paralelepípedo, e os passeios em concreto, com largura de 2,50m, o que permite sua arborização, segundo também determina a Lei de Calçadas do município de Teresina. O projeto teve por objetivo principal favorecer o “TrafficCalming”,

por essa razão a sua geometria descontínua, que resulta na obrigatória redução da velocidade, dando também preferência ao uso por pedestres.

Para que seja possível a implantação dos Loteamentos, será necessária a desapropriação de 78 famílias, que hoje se encontram ou em situação de risco, ou de precariedade, sendo esse número relativo a 24% do total de novas famílias que serão beneficiadas.

Para atendimento a demanda por área institucional, junto aos Loteamentos da Lagoa dos Oleiros foi projetada, segundo padrões do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação – FNDE, Creche Tipo C, voltada exclusivamente para a educação infantil, com capacidade para até 112 crianças em dois turnos (matutino e vespertino) e 56 crianças no período integral. A edificação recebeu Projeto com área de 670,00m².



Figura 12: Projeto Creche Padrão Tipo C na Lagoa dos Oleiros – 112 crianças.

**ANEXO V – PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA**

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (PCS) E PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA)

1.1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS

1.1.1. Introdução

O Programa de Comunicação Social - PCS tem como fundamento o entendimento de que a comunicação é absolutamente fundamental para o esclarecimento e sensibilização da população quanto à importância do empreendimento e das alterações em seu espaço físico e social que implicam sobre seu nível de vida.

A elaboração do PCS deve considerar o desempenho através da inserção de temáticas socioambientais nos processos comunicativos e também de temáticas não conservacionistas como a função informativa do PCS referente ao andamento das obras, como fechamento de tráfego, canal de recebimento de dúvidas e eventuais reclamações a serem enviadas a gestão ambiental, etc.

Assim, este Programa apresenta ações específicas voltadas para a população do entorno da área de intervenção e população afetada pelas obras, de forma a propiciar boa convivência e diálogo entre os diversos atores do empreendimento, população do entorno e afetada, empreendedor (Prefeitura Municipal de Teresina) e os trabalhadores.

1.1.2. Justificativa

O Programa de Comunicação Social justifica-se pela necessidade de se estabelecer canais de comunicação entre a população do entorno acerca do andamento das obras da ADA, os trabalhadores e a Prefeitura Municipal de Teresina.

As intervenções propostas prevêm ações que irão repercutir no cotidiano da população do entorno, considerando a movimentação de máquinas e equipamentos, além da necessidade de interrupções e mudanças no trânsito em função das obras; exigindo, desta forma, um planejamento do transporte de materiais e do tráfego local, visando à menor interferência possível.

Além disso, o exercício da comunicação social junto à sociedade local contribui, sobretudo, para a inserção regional do empreendimento, além de se constituir em importante canal de entendimento, negociações e serviços, capazes de facilitar o entendimento entre os atores envolvidos na implantação e operação do empreendimento.

Devem, para isso, ser aplicados instrumentos que colaborem na divulgação de informações sobre os procedimentos a serem desenvolvidos durante a obra, as possíveis alterações na região e suas consequências ambientais, contribuindo para a diminuição da insegurança e expectativas por parte da comunidade local. A execução do Programa de Comunicação Social garantirá a divulgação das informações com a devida frequência e com o alcance necessário da população afetada.

1.1.3. Objetivos

1.1.3.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do Programa de Comunicação Social é a criação de um canal de comunicação contínuo entre o empreendedor e a sociedade, especialmente a população afetada diretamente pela obra, de forma a motivar e possibilitar o conhecimento e participação nas diferentes fases do empreendimento.

1.1.3.2. Objetivos Específicos

São objetivos específicos desse Programa:

- Disponibilizar um canal de comunicação entre a Prefeitura Municipal de Teresina, responsável pela execução do projeto, e a população afetada.
- Produzir e distribuir material informativo, cujo conteúdo apresente os benefícios do empreendimento, por parte da Empreiteira.
- Divulgar as ações ambientais desenvolvidas pelos demais Programas Ambientais integrantes do Plano de Controle Ambiental (PCA)
- Informar, com antecedência, aos usuários das vias próximas à obra sobre o cronograma e planejamento desta, ressaltando as interferências, desvios e pontos críticos, aumentando a segurança nos locais de intervenção.

1.1.4. Metas

- Disponibilizar linha telefônica, e-mail e redes sociais (twitter, facebook entre outros).
- Criar e disponibilizar informações sobre o andamento das obras e atividades da Gestão Ambiental em link na página eletrônica da Prefeitura.
- Produzir e distribuir material informativo, em formato de cartaz e folder, para apresentação dos benefícios do empreendimento e canais de comunicação (0800, e-mail e twitter), por parte da Empreiteira.
- Divulgar as ações ambientais, relacionadas às obras, através de boletins informativos semestrais, distribuição em locais de acesso público, porta-a-porta e realização de reunião com a comunidade.
- Elaborar e publicar, por parte da Empreiteira, (10) notícias em carro de som para divulgação dos horários e intervenções previstas em função das obras.

1.1.5. Indicadores

- Linha telefônica gratuita, e-mail e redes sociais disponíveis
- Página eletrônica disponível
- 150 cartazes (30 cartazes por campanha) e 1.000 folders (200 por campanha) produzidos e distribuídos.
- 200 boletins informativos produzidos e distribuídos.
- 10 publicações em carro de som.

1.1.6. Quadro Lógico

Título do Programa: PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PCS

Data de Elaboração: Novembro/2016

Duração do Programa: 08 meses

Responsável pela execução: Prefeitura Municipal de Teresina

Objetivos Específicos	Metas	Atividades	Indicadores	Produtos
LINHA DE AÇÃO 1: Planejamento, articulação e produção de material informativo sobre as obras				
Disponibilizar um canal de comunicação entre a Prefeitura Municipal de Teresina, responsável pela execução do projeto, e a população afetada.	Disponibilizar linha telefônica, e-mail e redes sociais (twitter, facebook entre outros).	Disponibilizar linha telefônica gratuita. E-mail: Redes Sociais	Linha telefônica gratuita, e-mail e redes sociais disponíveis	Registro dos atendimentos através dos formulários de atendimento (formulários preenchidos).
	Criar e disponibilizar informações sobre o andamento das obras e atividades da Gestão Ambiental em link na página eletrônica da Prefeitura.	Criar e disponibilizar página eletrônica para informar sobre o andamento das obras e atividades da Gestão Ambiental.	Página eletrônica disponível	Página eletrônica
Produzir e distribuir material informativo, cujo conteúdo apresente os benefícios do empreendimento, por parte da Empreiteira.	Produzir e distribuir material informativo, em formato de cartaz e folder, para apresentação dos benefícios do empreendimento e canais de comunicação (0800, e-mail e twitter), por parte da Empreiteira.	Elaboração, impressão e distribuição de cartazes e folders no mês de início das obras e com frequência bimestral por parte da Empreiteira.	Elaborar, imprimir e distribuir a totalidade de 150 cartazes (30 cartazes por campanha) e 1.000 folders (200 por campanha).	Cartaz; Folder informativo; Registro fotográfico da distribuição do material; Relatório específico da atividade.

Objetivos Específicos	Metas	Atividades	Indicadores	Produtos
Divulgar as ações ambientais desenvolvidas pelos demais Programas Ambientais integrantes Plano de Controle Ambiental (PCA)	Divulgar as ações ambientais, relacionadas às obras, através de boletins informativos semestrais, distribuição em locais de acesso público, porta-a-porta e realização de reunião com a comunidade.	Elaboração, por parte da Empreiteira, e distribuição de boletins informativos, pela Prefeitura, em período semestral sobre as ações ambientais desenvolvidas pelo PCA – distribuição em locais de acesso público, porta-a-porta e realização de reunião com a comunidade.	Elaborar, imprimir e distribuir a totalidade de 200 boletins informativos.	Boletins informativos; Registro fotográfico da distribuição do material; Relatório específico da atividade.
LINHA DE AÇÃO 2: Comunicação referente às interferências das obras				
Informar, por parte da Empreiteira, os usuários das vias próximas sobre o cronograma e planejamento da obra, informando, com antecedência, sobre interferências, desvios e pontos críticos, aumentando a segurança nos locais de intervenção.	Elaborar e publicar, por parte da Empreiteira, (10) notícias em carro de som para divulgação dos horários e intervenções previstas em função das obras.	Elaboração e publicação, pela Empreiteira, de notícias em carro de som com as interferências previstas e horários de interrupção a ser elaborado pela Empreiteira.	10 publicações em carro de som.	Relatório da atividade.

1.1.7. Metodologia

O Programa de Comunicação Social propõe atividades que promovam o esclarecimento e informação da população quanto às intervenções das obras.

Para isso as atividades previstas estão organizadas mediante duas linhas de ação:

- **Linha de ação 1:** Planejamento, articulação e produção de material informativo sobre as obras;
- **Linha de ação 2:** Comunicação referente às interferências das obras;

O detalhamento do grupo de atividades que engloba cada uma das linhas de ação está descrito a seguir.

LINHA DE AÇÃO 1: Planejamento, articulação e produção de material informativo sobre as obras

1. Disponibilizar linha telefônica, e-mail e redes sociais

A disponibilidade dos canais de comunicação (linha telefônica, e-mail e redes sociais) terá a função de aproximar os cidadãos da Prefeitura Municipal de Teresina, constituindo um canal de comunicação direta e fomentando a efetiva participação da comunidade, através do exercício da crítica, denúncias, sugestões, cobranças e elogios às ações e medidas adotadas no decorrer do processo de implementação do Programa.

Os atendimentos devem ser registrados em uma ficha de registro indicando os dados da ligação e o encaminhamento executado.

Os atendentes deverão estar capacitados para tirar dúvidas sobre o cronograma de atividades, e encaminhar todas as queixas ou dúvidas a equipe de técnicos responsáveis pela supervisão ambiental das obras e/ou demais responsáveis.

Esta equipe, por sua vez, deverá entrar em contato os moradores que estiverem com dúvida, a fim de conduzir e sanar da melhor maneira possível às inquietações da comunidade afetada.

2. Criação e disponibilização de página eletrônica

A disponibilização de informação na internet é uma ferramenta básica, eficiente e rápida de disseminação de informação.

Para este Programa deverá ser disponibilizado um link de acesso à página da Gestão Ambiental no site da Prefeitura Municipal de Teresina ao público. O conteúdo deste link deverá conter as principais informações da obra, dos programas ambientais aplicados e respostas para os principais questionamentos feitos pela população e líderes comunitários.

O link estará disponível para acesso público, pelo menos, até o final das obras, cuja informação será atualizada conforme o andamento das obras e da Gestão Ambiental, devendo ainda registrar o número de visitantes.

Destaca-se que todos os materiais gráficos produzidos estarão disponíveis no site na internet para visualização e download.

3. Produção de Material Informativo

Serão criadas peças de divulgação (folders, cartazes, etc.) que serão dirigidas a população e aos agentes econômicos localizados no entorno das intervenções, com informações sobre as características das obras, os impactos benéficos previstos e os eventuais transtornos e impactos adversos que ocorrerão durante as obras. Será divulgada também a disponibilidade da linha telefônica, e-mail e redes sociais para a população do entorno.

Conforme demonstra no Quadro Lógico serão produzidos os seguintes materiais informativos:

- **Folder e Cartaz informativo para apresentação do projeto e seus benefícios**

O folder e o cartaz a serem elaborados terão uma concepção ampla das obras, abrangendo informações sobre o projeto, tratando também das implicações das obras para a comunidade local e para o meio ambiente. Deverá trazer a informação dos canais de comunicação (linha telefônica, e-mail e redes sociais).

Serão disponibilizados nos locais de acesso público durante as campanhas informativas previstas no PCS, como mercados, escolas, semáforo etc., compreendendo a área de abrangência das obras.

Formato preliminar do folder: aberto até 21,0 x 29,7 cm, 4 x 4 cores, com dobras, contendo informações relativas à ampliação da ETE Espinheiros, identidade visual, assinaturas diversas, entre outros.

Serão produzidos 200 folders por campanha, totalizando 1.000 folders durante os meses de obras.

Formato Preliminar do cartaz: Tamanho 29,7 x 42,0 cm (frente), colorido, contendo informações relativas ao projeto como textos específicos, identidade visual, assinaturas diversas, entre outros. Incluso: revisão ou ajustes na redação do conteúdo, ilustrações específicas (fotos, gráficos, outros) e assessoria no processo de produção (fornecedor, encaminhamentos gerais e acompanhamento).

Serão produzidos 30 cartazes por campanha, totalizando 150 cartazes durante os meses de obras.

- **Boletins Informativos**

Os boletins informativos serão documentos oficiais de notícias sobre os Programas Ambientais e atividades das obras. Os boletins devem ser autoexplicativos, demonstrando, visualmente, como ficará o empreendimento na comunidade. Sua periodicidade é semestral.

Deverá ser disponibilizado nos locais de acesso público, como igreja, praça, mercados, etc., compreendendo a abrangência das obras. Sua frequência é semestral durante os meses de obras, sendo produzidos 200 boletins informativos por semestre, totalizando na elaboração, produção e distribuição de 200 boletins. Também pode ser recomendada a divulgação porta-a-porta e realização de reuniões com a comunidade, caso necessário.

Formato Preliminar do boletim: Tamanho 25,0 x 35,3 centímetros, (frente e verso), 4 páginas (previsão), colorido, contendo informações relativas ao projeto como textos específicos, identidade visual, assinaturas diversas, entre outros.

LINHA DE AÇÃO 2: Comunicação referente às interferências das obras

Durante a fase de obras, as necessidades de informação e comunicação com a população moradora no entorno e os agentes econômicos situados nas proximidades das obras envolverão os avisos das mudanças que serão introduzidas no tráfego e demais intervenções. Desse modo, as informações deverão estar expressas em mensagens claras e objetivas, contendo as alterações que serão introduzidas nas vias, os novos trajetos a serem observados, os novos pontos de parada de coletivos, os cuidados que os pedestres deverão ter em razão das alterações de tráfego de veículos pesados, das máquinas e equipamentos necessários às obras, etc.

Em cada intervenção, deverá ser colocada uma placa padronizada, com informações sobre o período de duração das obras, os custos das mesmas, bem como o telefone, endereço e o “e-mail” da Ouvidoria, para a prestação de esclarecimentos e recebimento de reclamações e sugestões (Figura 13).



Figura 13: Placa de obra.
Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2014.

Além disso, os locais específicos onde haverá paralisações no trânsito ou qualquer outra intervenção que interfira no cotidiano da população durante o período das obras deverão ser divulgados em meios de comunicação de massa. Para tanto, prevê-se a elaboração de releases para informar a população com, no mínimo, 24 horas de antecedência à intervenção. Os releases são textos informativos utilizados para informar, anunciar, esclarecer ou responder à mídia sobre algum fato. São, na prática, declarações públicas oficiais e documentadas. Sendo assim, está prevista a utilização de carro de som. As mídias a serem utilizadas estão apresentadas na Tabela .

Prevendo-se, no mínimo, a necessidade de divulgação sobre interferências em uma vez ao mês, o período de obras exigirá a veiculação de, pelo menos, 10 interferências.

Além disso, a comunicação a respeito das obras deverá ocorrer com a distribuição do material informativo apresentado no item acima e reuniões com a comunidade, quando necessário.

Tabela 7. Mídias a serem utilizadas para comunicação sobre as interferências.

Descrição	Tipo de Mídia	Frequência
Comunicação sobre as interferências (desvios, paralisações, pontos críticos, etc.).	Carro de som	10 veiculações

1.1.8. Público-alvo

Compõem o público-alvo do Programa de Comunicação Social (PCS) relativo às intervenções na área diretamente afetada:

- População moradora do entorno;
- Agentes econômicos atuantes em áreas lindeiras às intervenções.

1.1.9. Responsáveis pela execução

Este Programa será de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Teresina, especialmente no que diz respeito à comunicação social no âmbito institucional. E as atividades que envolvem a produção de material informativo, detalhadas no atual documento, ficarão sob a responsabilidade da Empreiteira responsável pelas obras.

1.1.10. Cronograma

Atividades	Responsável	Cronograma do Programa de Comunicação Social - PCS										
		Responsável: Prefeitura Municipal de Teresina e Empreiteira										
		Pré-Obra	IMPLANTAÇÃO									
			1º ano									
			1º semestre						2º semestre			
		1	1	2	3	4	5	6	7	8		
Mobilização	Prefeitura											
Disponibilizar linha telefônica gratuita (0800). E-mail: Redes Sociais	Prefeitura											
Criar e disponibilizar página eletrônica para informar sobre o andamento das obras e atividades da Gestão Ambiental	Prefeitura											
Elaboração, impressão e distribuição de cartazes e folders no mês de início das obras e com frequência bimestral, por parte da Empreiteira	Empreiteira											
Elaboração, por parte da Empreiteira, e distribuição de boletins informativos, pela Prefeitura, em período semestral sobre as ações ambientais desenvolvidas pelo PCA - distribuição em locais de acesso público, porta-a-porta e realização de reunião com a comunidade.	Empreiteira											
Elaboração e publicação, pela Empreiteira, de notícias em carro de som com as interferências previstas e horários de interrupção a ser elaborado pela Empreiteira	Empreiteira											

O Escopo básico deste Programa é o desenvolvimento de ações educativas com os trabalhadores. A Educação Ambiental é entendida como um processo onde se

vivenciam experiências de interações e de trocas motivadoras para a conquista de um ambiente socialmente mais justo e ecologicamente equilibrado.

Enquanto prática dialógica, a Educação Ambiental, objetiva o desenvolvimento da consciência crítica pela sociedade brasileira e deve estar comprometida com uma abordagem dos aspectos ambientais que integre os aspectos sociais, ecológicos, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos e éticos.

A implantação do Programa de Educação Ambiental (PEA) deverá trabalhar valores para propiciar o interesse, a autoconfiança e o engajamento em ações ambientais dos trabalhadores da área de influência do empreendimento. A Educação Ambiental é um meio indispensável para a mitigação dos impactos referentes à implantação das obras. Ela permite aos trabalhadores terem acesso a informações e uma visão crítica a respeito das obras, logo, evitando possíveis conflitos socioambientais com a mesma, e ainda possibilita uma melhor compreensão de seu entorno e recursos naturais, sendo que esse lhe oferece oportunidades de trabalho diversas e fortalecimento da cidadania.

Ainda, o Programa proposto visa criar condições favoráveis ao desenvolvimento da consciência ambiental, de modo a permitir uma visão sistêmica do meio ambiente e a adoção de ações individuais e coletivas para a resolução de problemas ambientais que ocorrem no dia-a-dia, no local de trabalho, na execução de tarefas, por parte dos trabalhadores.

A proposta do Programa de Educação Ambiental, assim como o de Comunicação Social, é estratégica, tendo o objetivo de trabalhar junto às comunidades do entorno, buscando mobilizar e qualificar a sua atuação, a fim de fortalecer sua participação na melhoria da qualidade de vida da sua região.

Todavia, essa proposta será viabilizada por meio da aplicação da seguinte linha de ação do PEA:

- Educação Ambiental para os trabalhadores, enfocando na conscientização e sensibilização dos técnicos e trabalhadores para uma prática ambientalmente adequada durante as obras.

1.2.2. Justificativa

As obras que envolvem a área diretamente afetada resultarão em mudanças significativas na paisagem e organização social local. Dentre os benefícios previstos estão a melhoria das condições ambientais e urbanas, melhorias das condições estéticas e paisagísticas do espaço urbano, recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP's) e retorno da biodiversidade, melhoria nos níveis de educação, desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços, valorização das atividades culturais, valorização imobiliária e surgimento de novas oportunidades de negócios e lazer.

1.2.3. Objetivos

1.2.3.1. Objetivo Geral

O Programa de Educação Ambiental e Sanitária relativo às obras da área diretamente afetada tem como objetivo principal desenvolver ações educativas, junto aos trabalhadores, promovendo a conscientização e sensibilização dos mesmos para uma conduta ambientalmente adequada.

1.2.3.2. Objetivos Específicos

- Capacitar técnicos e trabalhadores das obras, a partir de ações educativas durante o período das obras, para que possam agir de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável, bem como a adoção de práticas voltadas à saúde e segurança.

1.2.4. Metas

- Realização de uma (1) oficina com os trabalhadores em período anterior ao início das obras.
- Elaboração de um Código de Conduta do Trabalhador.
- Realização de 3 palestras trimestrais com os técnicos e trabalhadores das obras.

1.2.5. Indicadores

- 1 Oficina inicial.
- Código de Conduta do Trabalhador.
- 3 palestras trimestrais.

1.2.6. Quadro Lógico

Título do Programa: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SANITÁRIA - PEAS

Data de Elaboração: Novembro/2016

Duração do Programa: 08 meses

Responsável pela execução: Prefeitura Municipal de Teresina

Objetivos Específicos	Metas	Atividades	Indicadores	Produtos
Capacitar técnicos e trabalhadores das obras, a partir de ações educativas durante o período das obras, para que possam agir de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável, bem como a adoção de práticas voltadas à saúde e segurança.	Realização de uma (1) oficina com os trabalhadores em período anterior ao início das obras.	Realizar uma (1) oficina inicial com os trabalhadores em período anterior ao início das obras.	1 Oficina inicial.	Lista de presença; Relatório específico das atividades; Registro Fotográfico Apresentação de data show.
	Elaboração de um Código de Conduta do Trabalhador.	Elaborar Código de Conduta do Trabalhador.	Código de Conduta do Trabalhador.	Código de Conduta do Trabalhador.
	Realização de 3 palestras trimestrais com os técnicos e trabalhadores das obras.	Realizar palestras trimestrais com os trabalhadores durante os meses de obras.	3 palestras trimestrais.	Lista de presença; Relatório específico das atividades; Registro Fotográfico Apresentação de data show.

1.2.7. Metodologia

As ações educativas que envolverão os técnicos e trabalhadores das obras abrangerão a realização de uma oficina com os trabalhadores em período anterior ao início das obras, elaboração do Código de Conduta do Trabalhador e realização de palestras trimestrais durante os meses de obra.

1- Oficina Inicial – Área Diretamente Afetada e Noções de Meio Ambiente

A oficina inicial com os trabalhadores deverá ser realizada antes do início das obras, tendo como objetivo a apresentação da abrangência das obras, dando ciência à mão de obra dos tipos de ocupação das áreas de intervenção e a relevância ambiental da região, permitindo aos trabalhadores maior conhecimento sobre a área onde atuarão. Nessa atividade também deverá ser destacada a importância do projeto, o compromisso ambiental das empresas atuantes e a importância do trabalhador.

Além disso, a Oficina deverá tratar sobre os principais cuidados ambientais a serem executados durante a realização das obras, no que diz respeito às etapas e diferentes atividades das obras, tais como: limpeza da área, supressão de vegetação, execução do projeto e limpeza final de obra.

Como atividade de integração, a oficina poderá realizar atividade participativa com os trabalhadores sobre a conduta ambientalmente adequada durante as obras, com identificação pelos trabalhadores de ações corretas e incorretas na realização dos serviços. Após essa atividade, coletivamente o grupo de trabalhadores poderá construir as principais regras que deverão constar no seu Código de Conduta.

2- Código de Conduta do trabalhador

Com intuito de sensibilizar os trabalhadores quanto aos aspectos socioambientais que envolvem as obras, a Empreiteira deverá elaborar o Código de Conduta do trabalhador, a ser apresentado aos trabalhadores do primeiro mês de obras.

A responsabilidade pela elaboração é da Empreiteira, sendo que a mesma deverá exigir dos trabalhadores o seu cumprimento nas frentes de trabalho e áreas de apoio às obras. O Código de Conduta deve apresentar como diretrizes básicas:

- Trabalho em equipe e cordialidade entre os colegas;
- Responsabilidade e cuidado durante a execução das tarefas;
- Cuidado e conservação dos materiais e áreas de uso coletivo;
- Atenção quanto à prevenção de riscos aos trabalhadores;
- Respeito às leis de trânsito;
- Estabelecimento de forma correta e cordial de comportamento com as comunidades próximas e afetadas pelas obras;
- Proibição de acesso às áreas particulares sem autorização do proprietário;
- Respeito às diversidades culturais, valores e costumes individuais;
- Obrigação pelo porte das licenças ambientais específicas nas frentes de obra;

- Respeito às diretrizes de geração de resíduos, de utilização de sanitários e de não-lançamento de resíduos ao meio ambiente, como materiais e recipientes de restos de refeições ou materiais descartados na manutenção de veículos, entre outros;
- Proibição de utilização de fogo que possa causar incêndio;
- Procedimentos adequados de transporte de materiais com utilização de lona;
- Proibição das atividades de caça e pesca;
- Alerta para qualquer situação que possa vir a acarretar em dano ambiental (incêndios, assoreamento dos rios e lagoas, derramamento de óleo/combustível, contaminação dos recursos hídricos);
- Obrigação pelo uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Proibição de consumo de bebidas alcoólicas em qualquer lugar da obra;
- Recolhimento e organização das ferramentas de trabalho após o uso, que possam eventualmente ser utilizadas como armas, armazenando-as em local apropriado.

3- Palestras

O Treinamento e capacitação da mão-de-obra durante os meses previstos de obras deverão ocorrer trimestralmente através de palestras, embasadas nos seguintes temas fundamentais:

Normas de Conduta

A primeira palestra terá como objetivo a apresentação e esclarecimento quanto ao Código de Conduta do Trabalhador, ressaltando a responsabilidade de cada funcionário em relação à prática do Código de Conduta. A ementa desta palestra deverá abordar as diretrizes básicas supracitadas.

Saúde e Segurança

Durante as palestras trimestrais previstas deverão ser considerados temas relativos à saúde e segurança do trabalhador, de forma a orientar os trabalhadores quanto ao uso dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos e outras formas de preservação da saúde e segurança, tais como:

- Respeito à sinalização;
- Prevenção de acidentes de trânsito;
- Uso correto das máquinas e equipamentos de forma a promover segurança no trânsito;
- Combate ao fogo;
- Uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI e EPC);
- Prevenção de riscos ocupacionais;
- Prevenção de doenças;
- Prevenção de alcoolismo, tabagismo e drogas;
- Prevenção de acidentes;
- Prevenção de acidentes com animais perigosos/peçonhentos.

Meio Ambiente

Durante as palestras trimestrais previstas deverão ser considerados temas relativos ao meio ambiente, de forma a orientar os trabalhadores quanto à minimização dos impactos ambientais e preservação do ambiente da área de influência das obras, tais como:

- Cuidado com os animais silvestres, devendo ser notificada a sua presença aos responsáveis;
- Manejo adequado dos resíduos sólidos e da construção civil;
- Alerta para qualquer ocorrência que possa acarretar em prejuízo ao meio ambiente (incêndio, derramamento de óleo/combustível, etc.);
- Manejo adequado de produtos perigosos;
- Aspectos sobre saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos);
- Cuidados com possível patrimônio histórico cultural caso venham a ser encontrados (sítios);
- Proibição de caça e pesca.

As palestras trimestrais deverão seguir carga horária e frequência apresentada abaixo.

Palestra	Carga Horária	Frequência
Palestra de Código de Conduta	2 h	Única, no início das obras
3 palestras para técnicos e trabalhadores	1 h	Trimestral

1.2.8. Público-alvo

O público-alvo das atividades a serem desenvolvidas deve abranger a totalidade dos trabalhadores e técnicos envolvidos nas obras.

1.2.9. Responsáveis pela execução

Esse Programa deverá ser implementado pela Empresa responsável pela implantação das obras, devendo ser supervisionado pela Equipe de Gestão Ambiental.

1.2.10. Cronograma

Atividades	Cronograma do Programa de Educação Ambiental - PEA														
	Responsável: Empreiteira														
	Pré-Obra	IMPLANTAÇÃO													
		1º Ano													
		1º Semestre								2º Semestr e					
		1	1	2	3	4	5	6	7	8					
Mobilização															
Realizar uma (1) oficina com trabalhadores em período anterior ao início das obras															
Elaborar Código de Conduta do Trabalhador															
Realizar palestras trimestrais com trabalhadores durante os meses de obras															

ANEXO VI – CRONOGRAMA OPERATIVO

Observação: O cronograma operativo segue em arquivo separado no formato “*.xlsx” (MS Excel).